

Universidade de Brasília

Projetos de colonização: o papel dos núcleos urbanos nas críticas
de Alexandre Rodrigues Ferreira e João Daniel

Luiza Hooper Moretti

Brasília, Agosto de 2014.

Luiza Hooper Moretti – 09/0010299

Projetos de colonização: o papel dos núcleos urbanos nas críticas de Alexandre
Rodrigues Ferreira e João Daniel

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de
Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção de nota
na disciplina de Dissertação em História, sob orientação do professor
Kelerson S. Costa.

Kelerson Semerene Costa

Luiz Paulo Ferreira Noguezól

José Luiz de Andrade Franco

Brasília, 2014

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo discutir a colonização portuguesa na região amazônica brasileira - à época Estado do Maranhão e Grão-Pará - no que diz respeito à ocupação do território e à concretização da posse sobre ele através da consolidação de núcleos populacionais. Para tal, trabalhamos dois autores da época que, em suas vivências, separadas por 25 anos e algumas reformas políticas, encontraram semelhantes situações e aspectos que nos ajudam a entender como se deu o projeto colonial português para a região e o papel das vilas na efetivação - ou não - de tal projeto.

Palavras-chave: Amazônia, Ocupação territorial, Colonização, Relato de viajantes.

Abstract

This paper will discuss the Portuguese colonization in Amazon – Maranhão and Grão-Pará State at the time – in what concerns the territory's occupation and the setting of population settlements to achieve the real ownership of the region. For this, we analyzed two authors that lived by that time on the region, 25 years and a few new laws apart from each other, that found similar situations and aspects that help us understand how the Portuguese colonial plan worked and the role of villages on its realization – or non-realization.

Keywords: Amazon, Territorial occupation, Colonization, Traveler's reports.

Sumário

Introdução	5
Capítulo 1 - Nota sobre a ocupação portuguesa na Amazônia	13
Capítulo 2 - João Daniel e o Tesouro amazônico	19
Capítulo 3 - Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Filosófica	31
Considerações finais - O jesuíta, o naturalista e as políticas pombalinas.....	47
Referência Bibliográfica.....	60

Introdução

Este trabalho tem por objetivo discutir a obra de dois autores do século XVIII, João Daniel e Alexandre Rodrigues Ferreira, sobre o Grão-Pará, buscando nelas elementos que mostrem suas preocupações com a construção da sociedade portuguesa na região amazônica. Procuramos entender suas formas de pensar a organização do espaço regional dentro do modelo português de ocupação territorial e desenvolvimento (do Reino e das colônias).

João Daniel (1722-1776) foi um jesuíta que viveu na Amazônia entre 1741 e 1757. Estudou no colégio da Companhia de Jesus em São Luís e depois trabalhou como missionário na região de Santarém, no rio Tapajós. Também viveu em Belém, até 1757, quando foi preso e expulso no contexto das perseguições pombalinas aos jesuítas. Alexandre R. Ferreira (1756-1815) foi um naturalista baiano que se formou na Universidade de Coimbra e foi escolhido para ser responsável pela Viagem Filosófica pelo estado do Grão Pará entre 1782 e 1791.

Neste trabalho, procuramos entender como diversos elementos aparecem na narrativa dos autores estudados e colaboram para compreender a dinâmica da região e as consequências das diversas políticas que foram empregadas pelos governantes ao longo do tempo. O foco não está em reconstituir os passos daquela sociedade no tempo, nem da viagem/passagem de cada autor pela região, pois isso demandaria muito mais tempo, mas sim contribuir para uma análise sobre a especificidade dos assentamentos humanos e das políticas de ocupação para a região. Buscamos também, dentro da obra de cada autor, quais elementos específicos – se a organização econômica, se a constituição populacional etc. – da constituição dos assentamentos humanos pelos quais passaram são necessários, em suas visões, para uma (re)organização da ocupação portuguesa sobre o território que lograsse sucesso para as ambições da Coroa.

Nosso recorte espacial é, então, o estado do Grão-Pará e Maranhão, mais voltado para a região do Grão-Pará e do Rio Negro, e nosso recorte temporal se dá entre as décadas de 40 (época em que viveu J. Daniel, apesar de ter concluído seu relato depois de preso) e início de 80 do século XVIII (época em que Ferreira viajou), observando diferenças e semelhanças no relato dos dois.

Essa pesquisa foi fruto de um interesse gerado e construído durante toda a graduação em História pela Universidade de Brasília, principalmente ao fazer parte da

equipe do Atlas Digital da América Lusa¹, coordenado pelo professor Tiago Gil. Esse projeto, aliando história e geografia, buscou criar uma ferramenta de pesquisa e visualização de “dados de unidades urbanas e populacionais do período entre 1500 e 1800” georreferenciados, após um mapeamento por meio de listas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e de censos populacionais de freguesias diversas (as que os possuíam, pois muitas não tinham), mapas de época, documentos diversos, como os do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, entre outras fontes.

Integrando a equipe do Atlas a partir de 2011, trabalhei diretamente com a pesquisa sobre a região Norte do Brasil, que era, no período colonial, o estado do Grão-Pará e Maranhão (dividindo o trabalho com outra colega, que ficou responsável pela região do Maranhão, e eu com a do Grão-Pará). A partir daí, meu interesse foi aumentando e também os questionamentos sobre algumas situações que encontrávamos, por exemplo, a grande diferença numérica, no que se refere à quantidade de povoações, existente entre a região amazônica (levando em conta sua dimensão) e a região do estado do Brasil. Outros questionamentos também apareceram no que se refere à perenidade de algumas povoações, que víamos pela documentação mudarem muito de lugar ou até mesmo terem “desaparecido” (uma suposição a que chegamos por causa da escassez de documentação sobre algumas localidades e também por pesquisas de outros grupos que apresentavam tais conclusões para casos como, por exemplo, Vila Vistoza² e Airão³).

Foi a partir desses questionamentos que comecei a estudar os assentamentos humanos na região. Buscando primeiramente tratar de algumas localidades específicas, senti a necessidade de me voltar para entender o povoamento da região como um todo, para ter uma base melhor ao, posteriormente, analisar os casos. Chamou-me muita atenção o fato de um espaço tão grande e complexo quanto a Amazônia, hoje palco de interesses e disputas internacionais, ser tão negligenciado pelas principais escolas historiográficas sobre o Brasil colonial – pelo menos no que concerne ao seu ensinamento na graduação.

A escolha pelo século XVIII se deu pelo momento político do Reino – a subida ao trono do rei D. José I e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo,

¹ <http://lhs.unb.br/biblioatlas/In%C3%ADcio>

² ALBUQUERQUE, Marcos Antônio G. M. Remanescentes Materiais Do Período Pombalino No Amapá. UFPE, 2007.

³ LEONARDI, Victor. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Paralelo 15, 1999.

posteriormente Marquês de Pombal, como ministro da guerra e do ultramar, havia influenciado e modificado imensamente a sociedade portuguesa como um todo, inclusive o seu empreendimento colonial na região amazônica.

As leis elaboradas por Pombal para o estado do Maranhão e Grão-Pará (algumas estendidas também ao estado do Brasil, posteriormente) visavam fortalecer a ocupação e a posse portuguesa de todo aquele território, que subia o rio Amazonas de Belém até a atual fronteira do Amazonas com o Peru e a Colômbia pelo Solimões. Essas novas leis estruturavam a ocupação a partir da reorganização das vilas e povoações, de sua população, e da economia, comércio e mão de obra.

Entendemos que os assentamentos humanos foram ponto chave na estratégia portuguesa de ocupação da região, e são elementos importantes no discurso dos autores que analisamos neste trabalho, cada um a sua maneira apresentando um projeto administrativo e organizativo para aquela sociedade. Buscamos então algumas especificidades dos assentamentos coloniais portugueses na região amazônica e a importância deles no processo de consolidação da ocupação e colonização.

Há autores que tentam classificar as vilas e cidades desde suas fundações. José d'Assunção Barros e Roberta Marx Delson fazem, em seus estudos, um apanhado historiográfico desse tipo de abordagem. Eles apresentam, por exemplo, as classificações de Kelvin Lynch (cidades cósmicas, práticas ou orgânicas) e de Fernand Braudel (cidades abertas, fechadas ou dominadas), ou então classificações a partir de aspectos como o populacional, o econômico, o político, o cultural ou o traçado urbano.

Barros ressalta que é importante ver a cidade como o conjunto dessas dimensões, e que as formas urbanas são produtos da história e que, mesmo tentando-se construir modelos para explicá-las, há sempre diferenças e especificidades (Barros, 2007, p. 53). E Delson conclui que:

Certamente não se pode questionar a utilidade de divisões hierárquicas desse tipo para focar as variações estruturais no sistema urbano do Brasil. Porém essas tipologias são incapazes de fornecer uma análise processual em profundidade. (Delson, p. 02)

Assim, entendemos que é importante termos em mente essas diversas formas classificatórias, mas são mais interessantes nos estudos de caso, sobre formação de núcleos populacionais localizados, e não se enquadram no estudo a que nos propomos aqui.

Para o Brasil colonial, Paulo Santos (1963) utiliza essa metodologia de modelos classificatórios, dividindo as vilas em quatro formas de acordo com seu traçado⁴. Essa metodologia o ajuda a mostrar que a política urbana portuguesa não era totalmente desleixada e irregular como por muito tempo se acreditou, principalmente em contraposição à espanhola, racional e regular – sobretudo com base na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*.

Para Paulo Santos, apesar de uma aparente desordem e da “inexistência de um traçado prévio ou de uma directriz, existem uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade” (Santos, 1963, p. 08). Para ele, há uma mistura entre as novas diretrizes formais da Renascença e as antigas diretrizes medievais e também uma grande influência árabe na construção das cidades portuguesas. (Santos, 1963, p. 18-19; 25-26; 29).

Isso se contrapõe às colônias espanholas, pois os espanhóis tinham as *Leyes de Indias*⁵, que regulavam desde a escolha do terreno até a localização dos prédios e casas da cidade, e suas fachadas, enquanto os portugueses não possuíam um conjunto de leis que regulamentassem suas práticas urbanísticas. A grande diferença, então, para Santos, no planejamento e urbanização entre as colônias portuguesas e espanholas, está nos aspectos administrativos e legais; as lusas adaptando-se mais ao terreno e às adversidades, segundo ordens minuciosas estabelecidas em cartas régias ou decretos específicos de cada localidade, e as espanholas possuindo já uma lei geral válida para todas.

Betina Schurmann (1999) defende, ainda, que a diferença não é apenas de governo, mas uma junção de diversos outros fatores, como as relações sociais e a economia que proporcionam o dinamismo da sociedade colonial na América portuguesa, com suas características específicas. Foi uma sociedade baseada, desde o início, na economia rural e no latifúndio, “enquanto o espanhol, desde o século XVI, estava centrado basicamente na cidade” (SCHURMANN, 1999, p. 173). Sobre a Amazônia, Delson coloca que, a partir de 1750, com as políticas iluministas de Pombal e Mendonça Furtado, a estruturação de povoações – seja na busca pelo local ou no traçado urbano – se tornou cada vez mais especificada e minuciosa, com visitas e

⁴ Para o autor, há quatro traçados principais: inteiramente irregulares, relativamente regulares, inicialmente irregulares depois refeitos para serem regulares e perfeitamente regulares. Além disso, o autor situa esses traçados de acordo com as épocas, da mais antiga (séculos XVI e XVII) para a mais nova (segunda metade do século XVIII).

⁵ Para mais especificações dessas leis, ver SANTOS, 1963, p. 36-39.

levantamentos a fim de conhecer a realidade e reformar seus aspectos em busca de regularidade e desenvolvimento.

Reis Filho coloca que a criação e o desenvolvimento de unidades agrícolas e do comércio de alguns produtos impulsionou o desenvolvimento urbano de algumas regiões. Ele vai mais além e diz que há, sim, na sociedade colonial portuguesa, um projeto urbanístico, que começou com o sistema de capitanias e donatarias e foi até a formação de uma rede de vilas e povoações (1968, p. 79) constituída pensando na ocupação do território e, principalmente, na estrutura econômica. Paulo Godoy concorda, acrescentando que: “A ação urbanizadora do sistema colonial português confere ao que seria mais tarde o Brasil, um caráter urbano **antes mesmo do rural**” (Godoy, 2011, p. 08, grifo nosso) e concorda que a urbanização faz parte das estratégias geopolíticas portuguesas por todo o território, inclusive o interior, uma prática de conquista territorial. (Godoy, 2011, p. 08)

Essa forma de ocupação do interior pode ser vista como uma estratégia portuguesa em vista da necessidade de se ocupar efetivamente os territórios, conferindo a eles seu poder e consolidando neles a civilização: “Na história das conquistas territoriais, as cidades aparecem como espaço do poder político e militar, de efetivação do processo colonizador” (Godoy, 2011, p. 10).

Laurent Vidal, em seu estudo sobre Vila Boa, apresenta as vilas e cidades do interior com diversas dimensões, dentre elas a ideia de serem cidades *em projeto* pois carregavam os ideais de colonização a serem implementados nos mais longínquos territórios:

Por que é, em primeiro lugar, como uma cidade *em projeto* que é preciso compreender a ‘cidade colonial’ brasileira. Ao instituir uma *cidade* o poder metropolitano se projeta no espaço colonial, ao mesmo tempo em que pretende projetar os valores fundamentais de uma ordem, dita colonial, no interior dos muros da cidade. (VIDAL, 2009, p. 244)

Esse *projeto* se concretiza a partir das diversas tentativas portuguesas de formalizar uma política cujo cerne se encontrava nas relações entre a fundação de vilas, o aumento de súditos e também de mão de obra, o incremento do comércio e a laicização da administração da sociedade. Assim, os portugueses passaram, cada vez mais, e principalmente na segunda metade do século XVIII, a acompanhar de perto e a ordenar a construção e constituição dessas localidades, como a reorganização da aldeia de Mariuá e sua transformação na vila de Barcelos, no rio Negro, a construção de Nova

Mazagão e da fortaleza de Macapá, na região do Cabo do Norte, a reformulação urbana de Vila Boa, em Goiás, e de Oeiras, no Piauí, regulando desde as características físicas do local onde deveria ser instalada até o traçado e as fachadas das casas, pois: “O mecanismo pelo qual o sertão seria subordinado à autoridade real baseava-se na fundação de comunidades supervisionadas pela coroa” (Delson, 1997, p. 05).

Arthur Cézár Ferreira Reis estuda especificamente a Amazônia e, em seu livro *Política de Portugal no vale amazônico*, defende que o planejamento de vilas seguia as necessidades locais e regionais. Buscava-se criar aglomerados populacionais a fim de desenvolver a civilidade mas também a economia da região – por exemplo, em busca de madeiras ou a produção de alimentos. Nesse sentido, há a ideia da criação de povoações para se formar uma rede urbana na região, dinamizando o comércio e o desenvolvimento dos diversos núcleos.

Victor Leonardi, em “*Os historiadores e os rios*”, seguindo outra linha de pensamento, nos lembra que existem diversas formas de organização da vida em sociedade que não as cidades modernas. A Amazônia é uma prova disso, onde se encontraram diversos povos com formas de organização diferentes. Assim, nos lembra também que construir e viver em cidades é cultural, e na Amazônia aconteceu uma violenta imposição do modo de vida europeu sobre o modo de vida indígena, que, contudo, não deixou de encontrar obstáculo na resistência de várias nações indígenas – e também da natureza, claro.

Além disso, as localidades apenas eram interessantes quando geravam riquezas, com o extrativismo ou na reunião e organização de mão de obra, o que muitas vezes causou a diminuição e o desaparecimento de algumas localidades, como Airão (no rio Negro), que apesar de ter sido abandonada apenas no século XX, passou por diversos altos e baixos: por vezes, era um importante núcleo regional, por outras, tinha poucos habitantes e estava caindo aos pedaços.

Outra localidade que desapareceu foi Vila Vistoza, no Cabo do Norte (atual Amapá), criada já sob as políticas pombalinas, para ajudar na defesa de Macapá e na construção de Nova Mazagão – que posteriormente também desapareceu – mas que não conseguiu se manter nem mesmo sob o regime de desenvolvimento de tais políticas.

O povoamento da região, motivado sobretudo pelo extrativismo e baseado na exploração do trabalho indígena (e nas formas de controle dessa força de trabalho) se fez de tal forma que não gerou o que hoje podemos chamar de crescimento urbano local,

que pode ser visto em outras regiões, como Minas Gerais; assim, dificilmente podemos falar de uma rede urbana na Amazônia colonial.

Podemos resumir a política urbana para a região do sertão amazônico como Vidal a caracteriza: as povoações representavam uma política Real ao mesmo tempo em que viviam à espera de condições para serem implementadas, e havia grandes “distâncias entre a ambição da coroa em transpor um modelo ideal e as possibilidades reais oferecidas pela situação concreta da região”. (Vidal, 2009, p. 245)

As teorias permitem termos ideia de como pensar a criação e o desenvolvimento urbano principalmente no contexto colonial do Brasil. Elas nos dão elementos necessários para começarmos a entender as características principais dessa construção e, assim, podermos nos voltar para nosso objeto específico: entender a urbanização da região amazônica, principalmente do rio Negro, a partir dos relatos de homens que viveram na época e também a partir das políticas portuguesas voltadas a este aspecto da colonização.

No primeiro capítulo deste trabalho, fazemos uma breve apresentação de como se deu a ocupação da região amazônica, tendo em vista as principais características desse processo e as dificuldades e estratégias nele envolvidos. Nos segundo e terceiro capítulos, apresentamos, então, as obras dos dois autores com os quais trabalharemos. Num primeiro momento, a obra de João Daniel é apresentada e analisada em função do novo método que o autor pretende apresentar em busca de um melhor desenvolvimento da civilização na região; depois, apresentamos o relato de viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira pela região do rio Negro, suas preocupações e críticas quanto ao modelo de sociedade que se apresentava para ele, muito diferente do que ele esperava após a aplicação das políticas pombalinas.

Por fim, propomos uma discussão comparativa da obra dos dois autores, cujas vivências na região foram separadas por cerca de 30 anos, no que diz respeito à civilização da região e à efetivação da posse sobre aqueles territórios. Podemos ver na obra de Alexandre características e problemas que J. Daniel já havia percebido e alertado, podemos ver dificuldades que vão além de casos pontuais e que apontam para um reconhecimento da dificuldade de povoação e consolidação de núcleos populacionais que o próprio modelo colonizador português gerou e que então tentava superar.

Se os assentamentos humanos tinham importância essencial na consolidação do poder sobre o território, por que a região amazônica se encontrava então em grande

estado de pobreza e diminuição? As políticas pombalinas – que em teoria buscavam resolver os maiores problemas do Grão-Pará e possibilitar e incentivar seu desenvolvimento – surtiram o efeito desejado? Trinta anos após sua implementação, o *progresso*⁶ almejado havia atingido a região do rio Negro?

⁶ Ângela Domingues apresenta o conceito de progresso em seu livro *Quando os índios eram vassalos*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

Capítulo 1 - Nota sobre a ocupação portuguesa na Amazônia

Os dois autores aqui trabalhados viveram em momentos diferentes de um mesmo espaço, a Amazônia. Em 1621 foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com capital em São Luís. Esta ilha havia sido retomada dos franceses em 1615 e em 1616 os portugueses expandiram seu domínio sob o território para oeste, se assentando na região de Belém e da boca do rio Amazonas. Conforme se expandia o conhecimento do território, navegando o Amazonas ou outros rios, a área concernente ao Estado do Maranhão e Grão-Pará também se expandia, e chegou a abarcar os atuais estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e era subdividida em diversas capitanias.

Em 1751 a capital do estado é transferida para Belém, e passa a ser chamado Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1772 esse Estado é dividido em dois, o Estado do Maranhão, que abarcava os territórios dos atuais estados do Maranhão, Piauí e Ceará, e o Estado do Grão-Pará abarcando o território amazônico a oeste, até a fronteira com as possessões espanholas.

Desde o primeiro assentamento português, em 1616, até 1750, o povoamento e a ocupação da região amazônica se deram de forma morosa. Muitas expedições navegavam e exploravam o Amazonas e seus afluentes, vários aldeamentos missionários, algumas fortificações e povoações se formaram mas, efetivamente, havia dificuldades em consolidar e multiplicar os assentamentos humanos e o controle efetivo do território pelos portugueses era limitado a uma pequena parte da Amazônia.

Após 1750, devido às mudanças ocorridas na Europa – com a consolidação e o fortalecimento de Inglaterra e França como potências coloniais –, à perda de diversas possessões portuguesas na Ásia e na África, e também aos novos modelos de pensamento político e econômico, influenciados pelo Iluminismo, personificados no Marquês de Pombal, as políticas portuguesas para a região se tornaram mais sistematizadas. Foram adotadas medidas a fim de consolidar a posse do território e concretizar a ocupação portuguesa: fundação de povoações e vilas, desenvolvimento da produção regional para o comércio externo e maior controle e dinamização da mão de obra.

Aqui, buscamos apresentar um quadro mais geral da ocupação da região, mostrando suas principais características, basicamente no que diz respeito à sua forma e às políticas que visaram reorganizar o modelo de colonização existente.

Apesar da grande dimensão da Amazônia reivindicada pelos portugueses, a fixação efetiva do povoamento, até a primeira metade do século XVIII, se deu principalmente entre São Luís e Belém e arredores, se estendendo até Marajó, Cabo do Norte e rio Xingu (onde, de frente à sua foz, no rio Amazonas, foi construído o Forte de Gurupá, em 1623, após a destruição de um forte holandês no local), com vários aldeamentos e algumas poucas vilas, fortes e engenhos.

De um lado, de Gurupá, pouco a oeste de Belém, até São Luís, o território fora dividido em diversas capitanias, algumas vilas foram criadas e o território era mais conhecido e ocupado. Chambouleyron apresenta cinco capitanias nessa região: Caeté ou Gurupi (pois inicialmente situada à beira deste rio), doada em 1622 a Gaspar de Sousa, confirmada em 1634; Cabo do Norte, doada em 1637 aos Maciel Parente e confirmada em 1645; Cumã ou Tapuitapera, doada em 1627 aos Coelho de Carvalho e confirmada em 1646 (VIVEIROS, 1999; LOPES, 2002); Cametá, doada em 1633 aos Coelho de Carvalho e confirmada em 1649 (BARATA, 1908; CRUZ, 1969); Ilha Grande de Joanes, doada em 1665 a Antônio de Sousa de Macedo.⁷ Esses números contrastam com o número de capitanias subindo o Amazonas – zero, até a criação da capitania de São José do Rio Negro, em meados do século XVIII.

De outro lado, a oeste de Gurupá, subindo o rio Amazonas, havia um território imenso e pouco conhecido e que assim permaneceu por longo tempo, mesmo depois da grande expedição de Pedro Teixeira (1637-1639), que subiu o Amazonas e o Solimões, fazendo o caminho contrário ao da expedição de Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana, mais famosa por ter sido a primeira a navegar quase todo o Amazonas, desde o rio Napo, nos contrafortes andinos, até a foz, quase um século antes.

Podemos, então, ver a região de Belém e suas imediações como caracteriza Costa (2002): a antessala da Amazônia, representando a fronteira da efetiva ocupação colonial, com o porto e as principais vilas e povoações, centro político e administrativo, e onde eram organizadas e saíam as diversas expedições para o sertão do território. Para além dessa fronteira, ao longo do rio Amazonas e de alguns de seus afluentes, o que havia eram territórios já percorridos por coletores de drogas do sertão e caçadores de escravos, mas ainda não efetivamente controlados ou povoados pelos colonizadores.

⁷ As referências citadas para cada capitania foram retiradas do livro de Rafael Chambouleyron.

Essa fronteira se deslocou muito lentamente para oeste. Podemos dizer que, na primeira metade do século XVIII, um século depois da fundação de Belém, o seu limite ainda estava no rio Tapajós. Por essa época, a presença e o controle portugueses na região a oeste da atual cidade de Santarém eram precários. O rio Madeira, por exemplo, só foi navegado pela primeira vez em 1727. O rio Solimões, onde jesuítas a serviço da coroa espanhola estabeleceram aldeamentos, passou ao controle português em 1709. No rio Negro, de 1659 até 1669, a única ocupação efetiva era a missão do Tarumã e, depois, a missão de Santo Elias do Jaú (depois, Airão), criada em 1694 e que foi por muito tempo o extremo da efetiva ocupação portuguesa na Amazônia. Esse rio só foi efetivamente controlado depois de longas guerras com os povos indígenas, principalmente os Manáo, na primeira metade do século XVIII.

A criação da capitania de São José do Rio Negro, em 1755, foi uma iniciativa da coroa portuguesa para consolidar essa nova fronteira da colonização, com a criação de uma nova capital (Barcelos) e a instalação de um polo da administração portuguesa na região. Além disso, a criação da capitania teve papel geopolítico na consolidação das fronteiras com os domínios espanhóis, de acordo com o Tratado de Madri, de 1750.

A lentidão com que o território amazônico foi ocupado pelos portugueses resultava das dificuldades para consolidar a colonização. Se comparada com outras áreas da América portuguesa, como Pernambuco e Bahia, a vinculação da economia do estado do Maranhão e Grão-Pará com o mercado externo era incipiente e não atraía imigrantes portugueses para povoá-la. A introdução de escravos africanos não foi significativa em quase todo o período colonial, aumentando só na segunda metade do século XVIII.

Assim, a composição da população regional e da força de trabalho foi predominantemente indígena até meados do século XIX. Os índios eram exigidos em todas as atividades: na construção de edificações, no fabrico de canoas, na lavoura, nas canoas do sertão e em diversos outros serviços das casas dos brancos. Além disso, os índios eram essenciais para o simples deslocamento pela região, como remadores, já que o principal meio de transporte era a navegação pelos rios, a remo.

Por isso, os aldeamentos missionários tiveram um papel muito importante e foram, até meados do século XVIII, o principal meio de fixação europeia na região. Eles tiveram papel geopolítico, pois muitos deles foram formados distantes das povoações de brancos e serviram para assegurar o domínio português sobre o território nas disputas de

fronteira com a Espanha – foi o caso, por exemplo, do aldeamento de Santo Elias do Jaú, citado acima.

Mas os aldeamentos eram, principalmente, uma forma de arregimentação de força de trabalho, convertendo o índio em um trabalhador cristão. Os aldeamentos eram formados por grupos indígenas deslocados de suas aldeias originais. Os índios aldeados eram considerados livres, mas, sob o controle dos missionários, eles eram obrigatoriamente repartidos para trabalhos da Coroa, dos colonos e do próprio aldeamento.

Para termos ideia da disparidade entre o número de povoações de brancos e de índios na região, pegamos os dados apresentados por Moreira Neto que, segundo um balanço feito em 1693 pelo Conselho Ultramarino, contabiliza cerca de cem “aldeias ou povoações diversas de índios” no Pará. (Moreira Neto, p. 98) O mesmo autor ainda cita um balanço feito por João Lúcio de Azevedo para os anos imediatamente anteriores a 1750, que constata que havia apenas nove povoações de brancos (vilas) no território do estado, entre São Luís e a fronteira espanhola no Solimões: Cumá ou Alcântara, Caeté e Cameté, vilas de donatários que se encontravam em avançado estado de abandono; São Luís, Icatu e Tapuitapera no Maranhão; Belém e Vigia, no Pará; e Mocha, no Piauí. Contrastando com isso, só no Maranhão, Moreira Neto cita mais de 60 aldeamentos missionários em 1721; já no Pará, os dados são apenas para o início da era pombalina, constando 63 aldeamentos. (Moreira Neto, pp. 86-87)

Atuaram na Amazônia diferentes ordens religiosas: a Companhia de Jesus e as ordens das Mercês, de N. S. do Carmo, dos Franciscanos da Província de Santo Antônio e dos Franciscanos da Província da Piedade. Os carmelitas e, principalmente, os jesuítas, foram os que tiveram atuação mais destacada.

Os jesuítas começaram em 1607 a sua atuação em terras que mais tarde seriam parte do estado do Maranhão. Em 1652, a Companhia de Jesus obteve junto à coroa portuguesa controle preferencial sobre as populações indígenas do ocidente da Amazônia. Em 1686, com o “Regimento das Missões”, esse controle preferencial foi abolido e as áreas de atuação foram redistribuídas entre as demais ordens religiosas. Os jesuítas ficaram restritos aos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira; os mercedários, aos rios Urubú, Anibá, Uatumã e em trechos do baixo Amazonas; os Carmelitas ficaram com as missões do Negro, do Branco e do Solimões; os franciscanos da Piedade, com as do baixo Amazonas, com centro em Gurupá; e os franciscanos da Província de Santo

Antônio com as do Cabo do Norte, do Marajó e ao norte do rio Amazonas (Leonardi, 1999, p.56; Ferreira Reis, 1985, p.265).

Assim, as ordens missionárias detiveram o controle sobre a mão de obra indígena na Amazônia até 1757, quando um decreto as retirou do controle dos aldeamentos (Hemming, p.30). Esse controle sempre foi questionado e disputado pelos colonos (por pressão dos colonos, os jesuítas foram expulsos do Maranhão entre 1661 e 1662).

Os colonos pressionavam por que queriam maior acesso ao trabalho indígena, inclusive, ou principalmente, por meio da escravização. De acordo com Beatriz Perrone-Moisés, a legislação indígena colonial, apesar das diversas variações, sustentava-se em duas linhas básicas: a liberdade era assegurada aos índios aldeados e aos aliados dos portugueses (vivendo em suas aldeias autônomas); a escravidão era restrita aos índios inimigos, que poderiam ser escravizados nas “guerras justas”. Esse conceito era antigo, relacionado com as guerras aos infiéis na Europa, o que gerou muitas discussões nos círculos letrados da época sobre elas poderem ou não ser aplicadas àqueles que não conheciam a religião para decidirem ser ou não fieis. As leis que validavam a guerra justa contra os indígenas partiam do princípio de uma vingança contra aqueles que descumpriam acordos, atacavam os brancos ou os aldeamentos ou impediam a propagação da fé católica. Também podiam ser escravizados os índios *resgatados*, ou seja, livrados da morte e do sacrifício antropofágico; nesse caso, a escravização era admitida como uma forma de gratidão e durava apenas o tempo que seus trabalhos pagassem os gastos tidos nos resgates. (Perrone-Moisés, p. 124-125)

Livres ou não, os índios eram mantidos na posição de principal mão de obra do estado do Maranhão e Grão-Pará, sofrendo diversas mazelas: trabalhos cansativos e perigosos, que os afastavam dos aldeamentos e de suas famílias por muitos meses, (como a navegação e o corte de árvores), doenças, entre outras. Assim, os colonos exigiam cada vez número maior de índios, e a escravidão era uma instituição considerada essencial.

Em 1757, os aldeamentos foram elevados a categorias civis e laicas: povoações, lugares, vilas. Essa elevação significava a retirada dos missionários do controle sobre os índios, implementando novas formas administrativas, especialmente a designação de diretores leigos, aos quais os índios passariam a se subordinar. Dois anos depois, em 1759, a Companhia de Jesus foi banida do Grão-Pará e de todas as possessões portuguesas.

O jesuíta João Daniel, banido para Portugal em 1757, foi testemunha dessa Amazônia da primeira metade do século XVIII e das primeiras medidas do governo do Marquês de Pombal para a região (a criação da capitania de São José do Rio Negro, a Lei de Liberdades dos índios, o Diretório dos Índios e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão). Quando Ferreira chegou à região, 25 anos depois, em 1782, encontrou a região reorganizada sob os efeitos dessas novas políticas. Assim, a leitura que faremos desses dois autores deverá levar em consideração as diferenças espaciais e temporais da Amazônia que eles descreveram.

Capítulo 2 - João Daniel e o Tesouro amazônico

João Daniel foi para a Amazônia em 1741, estudou no colégio da Ordem em São Luís e trabalhou como missionário no Tapajós e alguns de seus afluentes, próximo à atual Santarém. Em 1757, foi preso e expulso do Estado do Grão-Pará e Maranhão, no contexto da perseguição aos jesuítas empreendida por Pombal, que culminou na expulsão, dos domínios portugueses, de toda a Ordem em 1759. J. Daniel passou 19 anos preso em Portugal, onde escreveu toda a sua obra “Tesouro Descoberto no Rio Amazonas”. Ele foi “voz única entre os jesuítas silenciados por Pombal” (Costa, 2002, p. 119).

Entre os anos de 1741 e 1757, o padre vivenciou mudanças administrativas muito significativas para a região. Entre 1750, quando D. José subiu ao trono e Mendonça Furtado foi colocado no cargo de governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, e 1757, quando o jesuíta foi preso, a Companhia de Comércio do Grão-Pará foi instalada e a laicização dos aldeamentos com elevação a povoações, lugares e vilas, e o Diretório dos Índios foram postos em prática. O relato de João Daniel é uma imagem dos primeiros anos dessas e de outras políticas ilustradas, cujas marcas perduraram no tempo e podem ser vistas em outros relatos de anos mais tarde.

O manuscrito de sua obra foi publicado integralmente apenas em 1976, depois de várias edições parciais, sendo sabido que alguns tratados foram perdidos e continuam desaparecidos. O livro é dividido em dois volumes, cada um dividido em partes, e cada parte em tratados. No primeiro volume, ele descreve a natureza encontrada – animais, plantas, madeiras, tintas e minérios –, o território, os rios, os indígenas. No segundo, ele descreve principalmente as atividades produtivas praticadas na região e apresenta um novo método para o desenvolvimento dessas atividades. (Costa, p. 122-127) .

Aqui analisamos a parte V, publicada no volume dois, *Do Tesouro Descoberto no Rio Amazonas*⁸, onde o autor critica as práticas locais que descrevera nas partes precedentes e apresenta um novo método para se utilizar os “tesouros” locais, desfrutando melhor dos frutos e das terras da região, que era muito rica e fértil, sendo indispensável sua utilização para melhorar a economia. (p. 97)

⁸ *Em que se mostra um novo e fácil método da sua agricultura, o meio mais util para extrair as suas riquezas e o modo mais breve para desfrutar os seus haveres para mais breve, e facilmente, se efetuar a sua povoação e comércio.*

Esse novo método parte de críticas que o autor faz à forma como a agricultura é praticada na região, à utilização de escravos, à difícil navegação e ao comércio do sertão, base da economia regional. Ele consiste de duas medidas principais: desenvolver a agricultura plantando cereais da Europa (p. 100-101); e ter barcos de uso comum entre as povoações. (p. 100)

O primeiro tratado dessa parte é sobre a agricultura, o segundo tratado é sobre navegação, que são os dois pontos principais de seu método inovador. Os tratados seguintes pormenorizam esses dois, falando sobre os barcos, a pesca e as drogas do sertão.

Tentaremos agora apresentar os pormenores de cada parte desse método, além dos principais temas que percebemos, durante a leitura, serem considerados pelo autor problemas estruturais da organização portuguesa na região, e que o método pretende sanar.

Agricultura e pesca

A primeira parte do novo método que o autor pretende apresentar é sobre a agricultura da região. Tendo em mente que as terras do Amazonas são das mais férteis do mundo e que a agricultura faz parte da essência do crescimento e enriquecimento do Estado, além de ser indispensável para obter alimentos, o autor acredita que os moradores locais precisam de novas técnicas no manejo da terra e na produção de alimentos, inclusive no que diz respeito às drogas do sertão.

A primeira coisa a se fazer é parar com o cultivo da maniba (mandioca). Ele vê vários problemas nesse produto: ser insípida e ruim é o mais básico. Em vários momentos o autor reclama que não dá para comê-la sozinha, precisando sempre de outros produtos para acompanhar; que mesmo quem a come nem sempre se acostuma bem com ela. (p. 120) Para corroborar o seu repúdio, acrescenta que, das muitas espécies que existem, algumas são venenosas, sendo um risco grande comê-las.

O maior problema da utilização da maniba é o método usado no seu cultivo – que ele chama de velho método. De início os moradores precisam cortar toda a mata grossa – com as árvores que podem chegar a 50m de altura – de uma região; depois, queimam todo o terreno escolhido para aquecer a terra e fertilizá-la com as cinzas⁹. Todo o método exige trabalho muito duro e só pode ser feito por muitos braços

⁹ Os moradores alegam que as cinzas são necessárias para aquecer a terra para a maniba crescer bem, e que terras onde se tem pouca vegetação para queimar, a planta não dá. O autor concorda com a utilização das cinzas como fertilizante, substituindo inclusive os bois e arados (p. 107), discordando da forma como é feita toda a cinza e a cultura do gênero buscado.

humanos, demorando meses para ser concluído. O corte das madeiras quebra as ferramentas, fadiga os índios (que depois não querem mais trabalhar) e pode causar mortes, com a queda das árvores (p. 112); na queima, muitas árvores ficam pelo meio do caminho (p. 112).

O padre contesta esse método, pois em locais de campina, como no Marajó e em Monte Alegre (no rio Amazonas, próximo a Santarém), a maniba dá, além do que as terras já são bem aquecidas pelo sol e a humidade, e se uma espécie de maniba não cresce bem, há várias outras que podem ser utilizadas, como a que é plantada em Cumarú ou no Tapajós, não sendo desculpa para a utilização de um método tão perigoso. (pp. 116-117)

Depois de plantada e colhida a maniba, os moradores necessitam esperar a terra descansar para voltar a trabalhar nela, o que faz com que o mato natural cresça novamente e todo o processo difícil e perigoso seja refeito. Os moradores acreditam que terras com plantas crescidas são mais férteis. Porém, ao esperar que a terra se renove, os moradores saem à procura de novas terras para fazer nova plantação, o que, além de fazer necessário repetir todo o trabalho, os mantém por muito tempo longe de suas casas, o que os impossibilita de fazer outras plantações (p. 115).

O autor ainda relaciona outros elementos que se apresentam, para ele, contrários ao cultivo da maniba: ela precisa de terra seca, o que é difícil, pois a terra do Amazonas é entrecortada de muitos rios, riachos, igarapés, sendo boa parte dela muito húmida ou até alagadiça, e quando chove ou fica seco além do normal a planta não cresce; ela é constantemente atacada por animais como formigas, porcos do mato e gafanhotos; ela ocupa uma parte muito grande da mão de obra disponível:

Enfim por todos os modos, que se considere a agricultura do Amazonas segundo a sua actual praxe causa mais dano, que proveito. Dano no muito trabalho; dano nos muitos operários; dano muito tempo [sic]; e dano finalmente em não fazer as terras estáveis, e permanentes (p. 118).

Assim, o novo método apresenta técnicas que diminuem todos os gastos e problemas encontrados no velho. Ele consiste em: escolher o espaço e retirar de debaixo das árvores todo mato menor, como arbustos e cipós, depois deve-se “pisar” a casca das árvores fazendo um círculo à sua volta, para que ela não se alimente mais e seque e morra (p. 109). As folhas secas que caírem formarão um tapete que, ao se colocar fogo, queimará todo rapidamente – esse método é utilizado por indígenas selvagens, e também o era por algumas nações amigas (p. 110).

Para o autor, esse método deveria ser usado em larga escala, no lugar de qualquer outro, pois é menos trabalhoso, perigoso e precisa de menos homens, é mais rápido e evita que a dificuldade do método velho faça os trabalhadores fugirem, ajuda no aproveitamento das madeiras boas que ficam intactas. (p. 110-112) Mesmo para se plantar a maniba, esse método seria melhor. (p. 119) Além disso, ao redor do globo são “as terras regadas, e fecundadas todos os anos pelas enchentes dos rios as mais buscadas e estimadas, porque [são] muito fecundas, fructíferas a seus donos”, como as do Egito, de onde provem suas maiores riquezas (p. 134). Nessas terras alagadas, o cultivo de gêneros como os apresentados se torna permanente na terra, não sendo necessário grande trabalho para retirar o mato e fertilizar a terra ou buscar sempre novas terras como para a maniba, precisando apenas que se retirem as pequenas ervas que cresceram e se coloquem novas sementes.

Sendo pois o cultivo da farinha de pao mais laborioso que o das sementeiras de grão, mais contingente, e arriscada a sua colheita, mais damnificativa, do que profícua às terras, e mais necessita de gente, e de escravos ou jornaleiros o seu cultivo (p. 136)

O novo método possibilitaria uma melhor introdução de novos gêneros alimentícios. No lugar da maniba, o autor defende que se plantem grãos já conhecidos na Europa, como milho, arroz, trigo e centeio. Comparando com locais como o Oriente, África e a América espanhola, o autor valida sua proposta mostrando que em todos os locais são os grãos a base da alimentação (pp. 121-124) e o cultivo dos grãos europeus no lugar da maniba seria uma evolução da sociedade, se aproximando das nações mais cultas, que são as que produzem e usam tais grãos (p. 133).

Além disso, na Amazônia, produtos como o cacau, a baunilha e o algodão são abundantes e dão bem (p. 124), sendo outras alternativas para incrementar o comércio na região, enriquecendo-a.

João Daniel elabora dois capítulos (os 9º e 10º capítulos do tratado I da parte V) apenas para defender e descrever o cultivo do milho, por exemplo, que é mais fácil de cultivar, precisando apenas de três meses para ser colhido e replantado (p. 127-128). O capítulo 11º o autor dedica ao arroz, que segundo ele é o mais estimado legume (sic) do mundo, sendo utilizado como o principal produto da alimentação em diversas regiões do globo, principalmente na Índia, China e Japão, onde é símbolo de alegria e fartura, por exemplo, “quando comprimentam [sic] algum hospede com mostras de grande gosto, e affecto lhe dizem, que a sua vinda lhes causa tanta alegria como as chuvas no arroz, - é o

comprimento[sic] de maior expressão de alegria” (p. 131). E ele cresce naturalmente “que só eles, se se aproveitassem, podiam carregar grandes frotas, mas se perdem nos mesmos lagos em que se cria, por não haver, quem o aproveite.” (p. 133).

Assim, essa primeira parte de seu método visa apresentar uma alternativa técnica à agricultura costumeira na região, a fim de acabar com o cultivo da maniba, que ele define em um dos últimos capítulos desse tratado como “a causa da pobreza no amazonas” (p. 136), e convencer os moradores, principalmente os novos que chegassem, das melhorias que o cultivo de outras plantas com as novas técnicas traz.

No tratado 3º da parte V, o autor trata das *drogas do sertão*. Já tendo defendido a importância da agricultura, o autor a apresenta como alternativa às canoas do sertão, que saem em busca dos produtos da terra, normalmente em locais afastados das povoações. Seria mais interessante que os moradores domesticassem as plantas silvestres, fazendo plantações delas. Já se sabe que a terra é boa para tal, pois nascem espontaneamente; ele inclusive apresenta um método para plantar o cacau (pp. 175-176). Os terrenos abertos para plantação de maniba ou de outro produto, como os grãos, podem ser os mesmos a serem utilizados para as drogas (pp. 177-178) e assim “aproveitar todos os anos, ou ao menos por alguns, as terras dos roçados dos anos antecedentes” (pp. 178-179). Isso foi feito por um missionário na aldeia do Comaru, no Tapajós (p. 179).

As canoas do sertão necessitam de muitas despesas, trabalhadores e tempo e são muito inconstantes, pois nem sempre encontram o que buscam nem trazem quantidade suficiente. (p. 168) Todo o trabalho delas cai sobre os ombros dos indígenas, que nos seis ou sete meses que passam fora, são também os responsáveis por construir palhoças para dormirem e por conseguir alimento a mais do que a farinha que lhes deram para sustento durante a jornada. (p. 166-167) Além disso, se pedem tantos índios que quando uns chegam da longa viagem, não há quem possa substituí-los, e por isso eles não descansam, e já vão a outra viagem. (p. 210) Com tanta dificuldade, os índios se escondem ou fogem deste trabalho, e por necessitarem de muitos, as missões vão ficando vazias (sem os que fogem, sem os que vão para as canoas). O Estado, segundo ele, deveria incentivar esse método, proibindo as canoas e a retirada dos índios das missões para trabalharem nelas, e não conceder terras para homens que não se comprometessem a cultivar as drogas da região. (p. 185)

Um último elemento da produção de gêneros para comércio e alimentação é a pesca. O autor critica a utilização do peixe salgado ao invés do fresco em uma região com muitos rios e lagos e abundância de peixes de várias espécies. Ele defende então a

criação de pesqueiros públicos. Usualmente, eram os indígenas que pescavam para os senhores e as missões, mas com os índios sempre em muitas atividades, a pesca se torna difícil, nem sempre se conseguindo peixe suficiente, e gostoso. Com os pesqueiros públicos criar-se-iam serviços para alguns índios, que trabalhariam apenas nessa atividade, e os peixes poderiam ser vendidos nos mercados. Sem contar que o preço do peixe diminuiria, pois seria um produto mais abundante e fresco. (pp. 199-200)

Vemos então que João Daniel dedica muito de sua obra para a reorganização da produção de gêneros para alimentação e comércio, que possibilitariam a manutenção da vida e das povoações e também o desenvolvimento de uma sociedade dinâmica na região. A navegação e o comércio são outros elementos que completam seu método e colaboram para o efetivo desenvolvimento social e econômico da região, fortalecendo as povoações.

Navegação e comércio

Navegação é um ponto ressaltado pelo autor pela sua utilidade, já que barcos são necessários para transportar pessoas, materiais e mercadorias. Assim, segundo suas palavras,

tudo são rios, ilhas, esteiros, braços, canaes, e lagoas, e que toda a serventia dos moradores, e habitantes do Amazonas é em barcos, a que lá chamam canoas, nem tem outros caminhos de terra, com que possam evitar as suas viagens; e por isso as canoas são as cavalgaduras naqueles estados, são as postas dos caminhos, são os carros de transporte (p. 150)

Uma melhoria no sistema de embarcações seria, também, uma melhoria na dinâmica – principalmente econômica – daquela sociedade, com a navegação mais rápida e com menos gastos, pois “a falta deles [barcos] seria um dos maiores impedimentos ao estabelecimento dos novos povoadores, e ao aumento do Estado” (p. 152).

João Daniel apresenta, assim como sobre a agricultura, um novo método para atingir o objetivo acima colocado, contrapondo ao método anteriormente utilizado. Ele consiste em duas partes principais: instituição de barcos públicos e formação de mercados/feiras; e é complementado por novos métodos de se construir e equipar embarcações.

No antigo método, só tinha bom acesso e transporte quem era rico e senhor de muitos escravos, e mesmo assim nem todos que os tinham podiam tira-los de seus afazeres para coloca-los nos barcos para remar. (p. 153) As diversas atividades para as

quais eram exigidos requeriam grande número de mão de obra para remar e colher, gastavam muito e nem sempre traziam o suficiente para cobrir os gastos. Os inconvenientes das canoas particulares não acometiam apenas os moradores brancos, mas também as missões, que ficariam sem seus índios, e os próprios indígenas, que se veriam longe por muito tempo, e poderiam pegar doenças no caminho (p. 154).

Dever-se-ia substituir os barcos particulares e colocar barcos públicos nos principais rios, que neles fizessem uma viagem completa, indo e voltando, parando nos postos onde tivessem materiais para embarcar. Nos afluentes menores, também seria importante ter barcos públicos que fossem até à foz, onde encontrassem os barcos maiores. O autor também acredita que as localidades maiores poderiam colocar barcos entre elas, que navegassem apenas um espaço delimitado, fazendo trabalho paralelo e auxiliando os barcos públicos gerais. (p. 156)

Todos poderiam usar tais canoas pagando um preço de aluguel. Os barcos do novo método poderiam ser financiados pelos homens mais ricos das povoações, pois assim eles ganhariam algo com esse serviço e ajudariam a Coroa. Para remar, poder-se-ia colocar aqueles que o autor chama de *populacho* e os criminosos, ou então índios retirados de missões ou desses homens ricos – sendo necessários dois de cada missão, no máximo, que de tempos em tempos voltariam às suas povoações ou donos, sendo substituídos –, e deveriam ser pagas as despesas da viagem, e também algum salário, quando fossem índios não escravos. (pp. 160-161)

Em uma segunda parte, o autor defende que se criem feiras ou mercados para que os produtos sejam comercializados, pois o comércio é uma forma de fazer crescer economicamente a sociedade, mas sem mercados o comércio é quase inexistente. Se existissem feiras ou mercados, qualquer produto de qualquer pessoa poderia ser comercializado, e a variedade de produtos na região seria ainda maior. É nas feiras que se encontra aquilo que é necessário à manutenção da vida. (pp. 157-158)

Essas feiras evitariam muitos problemas: da pobreza e da fome muito encontradas no Grão-Pará; das violências com que os brancos acometem os índios em suas roças para lhes roubarem ou comprarem os gêneros por preços muito baixos; os índios teriam mais vontade de fazer plantações e entrar na dinâmica dos brancos; os brancos poderiam fazer melhores negócios, pois não teriam mais tantos gastos com o transporte. (p. 159) E para evitar roubos ou abusos nas trocas, poder-se-ia instituir um funcionário público que controlasse essas feiras (p. 159). As embarcações públicas serviriam para levar os produtos e as pessoas para as feiras, que deveriam ser feitas nas

vilas principais e em dias selecionados, de acordo com a necessidade ou dinâmica da região. (p. 159)

Apesar de não se considerar um conhecedor da matéria, João Daniel ensaia formas de construção de barcos que naveguem melhor nas águas dos rios, com ou sem ventos e sem a necessidade de muita mão de obra nem de trabalho muito pesado. A parte VI de sua obra é apenas sobre esses novos inventos – que incluem, além da navegação, serrarias e fábricas de açúcar e aguardente utilizando as águas dos rios e o movimento das marés, sendo “máquinas de moto contínuo”. Nessa parte ele apresenta também uma forma nova de se fazerem fábricas para cortar madeiras em tábuas, e que poderiam ser utilizadas na fabricação de barcos, que não requer tantas despesas e tempo e de melhor qualidade do que as usadas costumeiramente. Sua ideia revolucionaria a navegação, com nova mecânica de velas e remos, podendo-se navegar em calmarias ou utilizar os ventos a favor e contra, com máquinas novas – para nós, já rudimentares –, mas que diminuiriam a necessidade de trabalho cansativo e número alto de trabalhadores. (pp. 387-397) Unindo todas essas novas invenções e métodos, o estado do Grão-Pará se desenvolveria muito melhor, acabando com a grande pobreza, violência e decaimento em que se encontrava. Sem elas, “nem as novas povoações de europeos se poderão fundar, estabelecer, nem ainda perseverar” (p. 155).

Índios e escravos

Os índios “são as mãos, e os pés dos europeos” (p. 171), pois são a mão de obra para tudo: plantar, colher, construir, remar, pescar, guerrear. É com eles que se fazem também os descimentos e contatos com outras nações, e, segundo o autor, se estes nativos quisessem, poderiam expulsar todos os europeus das suas terras.

João Daniel vê os indígenas como almas a serem civilizadas. Às vezes considerando-os “como selvagens, e brutos que não tinham uso de ferro, nem instrumentos para outra casta de agricultura, usavam per remédio esse sustento tão rustico” (p. 137), que nem buscam se fixar à terra, pois na Amazônia, os índios vivem à lei da natureza. E a escola lhes ensinaria os melhores modos e os guiaria no caminho da civilidade e da cultura, sem as quais as crianças vivem à imitação de seus pais, e dos costumes antigos e rudimentares. (pp. 228-229)

Seu novo método para agricultura e navegação, ao mesmo tempo em que apresenta melhorias significativas para os colonos brancos e para a Coroa, apresenta também formas de a escravidão não ser mais necessária. Ele não diz, claramente, que é contra a escravidão dos índios – até porque, “bastaria a qualquer missionário para ser

apedrejado pelos brancos, se dissesse que isso é injustiça” (p. 180) –, mas apresenta seus pontos negativos e opções que a invalidam.

Ele argumenta, por exemplo, que com a “justíssima lei de liberdade” de 1757, muitos moradores ficaram pobres “de repente”, pois eram totalmente dependentes de seus escravos, que eram seu maior sustento (p. 138). Segundo o autor, eles não queriam fazer os trabalhos por suas próprias mãos, pois queriam ser fidalgos. Ao reduzir o trabalho necessário (na agricultura, na navegação, no extrativismo), o método de João Daniel pretende tornar desnecessária a escravidão.

Por vezes o autor utiliza comparações com a Europa para mostrar que a escravidão não é necessária, pois lá os homens conseguem produzir e sobreviver sem precisar dela. Mesmo os poucos que possuem escravos não os exploram tanto quanto no Amazonas. (p. 100) Além disso, tratar os indígenas, naturais daquelas terras, obrigando-os a servir aos brancos é, para ele, tão injusto: “Como se viessem os índios a estabelecer-se no nosso Portugal seria ãa grave injúria, e manifesta injustiça obrigar aos portugueses a servi-los” (p. 152).

Em outro momento, argumenta que os escravos são grandes ladrões e vingativos, fazendo planos contra seus senhores. Eles vivem melhor, pois além de terem suas plantações, ainda vivem pedindo e pegando dos senhores também, usando os melhores terrenos para suas plantações e vendendo seus produtos mais caro para seus senhores. Os escravos, então, só são necessários pois não há medidas para melhorar a economia da região, e já que ele apresenta seu método apontando nesse sentido, eles deixariam de ser necessários (pp. 149-150).

Missões

Para o autor, as missões do Amazonas são necessárias para seu desenvolvimento, principalmente por organizarem os índios, cristianizando-os e unindo-os aos portugueses e a Deus. Elas foram a primeira forma de se organizar na região, e era a partir delas que se dividiam os trabalhadores por todo o território: “sabem todos os europeos moradores do Amazonas, e o dizem publicamente que o nervo daqueles estados são as missões dos índios” (p. 171).

Porém, a forma como as missões foram sendo tratadas, tendo que distribuir a mão de obra sem nenhum cuidado com o número ou com a vida desses indígenas, causava muitos problemas. A todo momento, brancos apresentavam petições

autorizando a retirada de indígenas, e o descaso com a manutenção dessas missões e com a paz e respeito aos índios causava o decaimento do Estado (p. 171).

Um dos problemas das missões portuguesas decorrentes da retirada dos índios é o fato de que eles ficam sem praticar a religião como se deve. (pp. 210-211) Outro problema decorrente das ausências está relacionado aos descimentos de novos índios, já que os responsáveis por ajudar os missionários e convencer os indígenas ainda não cristianizados a se juntarem às missões são os índios já aldeados. E ainda,

tem os índios selvagens[sic] ordinariamente comunicação com os índios mansos das aldeias; por eles sabem tudo que se passa, e como os obrigam a servir aos brancos, remar canoas, e andar ãa roda viva; sabendo disso, não querem descer[sic] dos matos, não acreditam na pratica dos missionários, e dizem, que os querem enganar para tambem os obrigarem ao serviço dos brancos (p. 211)

O Regimento das Missões, como cita o autor, ajudava a organizar a divisão de indígenas em partes, para o serviço local, o do missionário e o dos moradores brancos, sem violência contra os indígenas; porém, ele não era respeitado e o despacho dos índios era sempre um abuso, tirando excessivo número, pois os brancos não aceitavam que já não havia índios naquela missão. Os índios deveriam estar em três repartições: uma parte para trabalhar na missão, uma (de 25 índios) para o missionário e a última para dividir aos brancos. Desses, deveriam estar entre 13 e 60 anos, que era o intervalo de idade para se trabalhar, excluindo os doentes e “estropiados”. Porém, muitas vezes não tem nem 10 ou 15 índios para cada repartição. (p. 209 e p. 215)

Estas são as condições mais onerosas das missões do Amazonas, o maior desassossego dos missionários, de sorte que mais lhes custa esta repartição do que todas as mais fadigas do seu ministérios; o maior flagelo dos índios, e a maior destruição das missões portuguesas. (p. 209)

Mas a repartição se dá também para as índias, que muitas vezes os brancos pedem para darem de mamar aos seus filhos, para desterrar e tratar a maniba, fazer roças, fiar algodão, cozinhar, “ou seja, uma escrava com capa de leiteira” (p. 213). Além disso, eram também utilizadas como escravas sexuais, vide que “nenhuma das índias ou fossem dadas para leiteiras, ou para farinheiras voltava para sua aldeia e que não voltasse ou com filhos apanhadiços, ou ao menos leiteiras” (p. 212). Por fim, muitas vezes vão as solteiras ou viúvas, mas também as casadas, ou com filhos pequenos, e não são mais devolvidas. E nas casas dos brancos não precisam seguir bem os passos da

religião, nem tem alguém que as vigie como tem o missionário na missão, e por isso preferem ficar e serem mais livres. (p. 213)

A diminuição das missões seria evitada com a introdução do novo método, que deveria ser utilizado pelos missionários, evitando assim as suas canoas próprias, por exemplo, além de deixar os índios fazerem suas próprias plantações, sendo livres, como ilustra a seguinte passagem:

O tempo que haviam de gastar no sertao podem gastá-lo no cultivo das suas terras, ou dos seus sítios, e não duvido que assim o farão (...) e sendo assim; quanto se aumentarão aqueles estados? Quantas riquezas produzirá o Amazonas! E quanto mais avultarão no temporal as povoações dos índios? (p. 220)

Por fim, o autor discorre um pouco sobre as mudanças que ocorreram no governo das missões e dos índios após as políticas pombalinas atingirem o Grão-Pará, com o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado – apesar de o jesuíta ter sido preso pouco tempo depois delas. Para ele, o governo dos índios deveria continuar nas mãos dos missionários, melhores no trabalho com a espiritualidade, e não de capitães ou moradores brancos, ou, pelo menos, que se colocassem em toda povoação religiosos que tinham costume e vontade de trabalhar com os indígenas.

Povoações de moradores

As missões são as povoações originárias da ocupação do território que compunha o Estado do Grão-Pará, e, para J. Daniel, necessárias, como já se colocou. Porém, segundo o próprio autor, as povoações de brancos são as que recebem mais atenção e as preferidas dos governos para povoar a região. Ele apresenta ideias para se melhorar o povoamento: trazendo novos brancos europeus, ricos ou não, e homens de outros lugares.

Como já apresentado anteriormente, é necessário, para João Daniel, que se fixem à terra e a cultivem, para que as povoações cresçam e prosperem (p. 115). No primeiro tratado, inclusive, ele apresenta a melhor forma – de acordo com seu novo método – de se preparar a terra e o local para receber novos colonos, solucionando o problema de falta de alimentos, de casas e de terras prontas para cultivar que alguns deles encontravam ao chegar à região. (Parte Quinta, Tratado I, cap. 15º)

Para se fazer novas povoações de brancos, uma forma menos dispendiosa seria fazer mutirões de moradores, incluindo índios, para a pré-construção da povoação, procurando um bom lugar e erigindo os prédios principais necessários, além de algumas

colheitas. Para tal, poder-se-iam utilizar as missões de índios já existentes. Com seu novo método posto em prática, os índios teriam mais tempo para serem utilizados na ereção dessas povoações. Porém, eles não estariam disponíveis aos brancos, servindo-os, e sim ocupados em trabalhos que ajudariam o Estado, longe das violências dos trabalhos dos brancos, como em suas canoas do sertão. (p. 262)

É necessário procurar boas localidades para comunicação e transporte com as outras já existentes, buscando sítios nos rios mais navegados e também nas regiões de fronteira. (pp. 271-273) E também é importante tomar cuidado com a quantidade de matos que possuem esses locais, pois muito mato faz circular pouco vento, causando mais doenças; à beira de lagos ou terrenos pantanosos, também podem causar mais danos à saúde. (p. 274) Após escolhido o local, os índios da missão poderiam fazer roçados e começar as primeiras plantações, e guardar a primeira colheita para os novos colonos. Ao mesmo tempo, poderiam começar a levantar novos prédios, como casas e igreja, de forma simples, para que, depois de desenvolvida a própria povoação se construam melhores. (p. 263)

Esse método principal de se fazer as novas povoações está relacionado à libertação dos índios das missões no que se refere aos trabalhos para os brancos – de acordo com as já citadas repartições. Ele apresenta outros métodos em caso de essa liberdade não existir da forma como ele espera. Por exemplo, que se dê licenças e privilégios aos moradores brancos – principalmente àqueles que possuem muita riqueza – para fundarem novas povoações. Ele cita Olinda como exemplo de que isso poderia dar certo. (p. 266) Ou então que se instigue a fazer bandeiras, como fazem os mineiros em busca de ouro, juntando-se alguns homens e saindo em busca de um novo lugar onde se fazer nova povoação. (pp. 266-267)

Todos os métodos apresentados para melhor ocupação da região e fundação de povoações têm em vista a vinda de novos colonos da Europa – podendo ser os pobres e miseráveis de lá, que são mais chegados ao trabalho árduo. Mas não apenas da Europa, poder-se-ia trazer negros da África, que, quando já civilizados e cristianizados, são muito bons trabalhadores e que possuem já o costume, em alguns reinos, de fazerem vilas e cidades. (pp. 268-269)

Capítulo 3 - Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Filosófica

Alexandre Rodrigues Ferreira foi um naturalista, nasceu em 1756 na Cidade da Bahia, filho de comerciantes, mudou-se para Portugal em 1770 e formou-se bacharel em 1778 na Universidade de Coimbra, tornando-se membro da Academia de Ciências em Portugal. Estudou Filosofia Natural e Matemáticas, curso que aliava as matérias clássicas de metafísica, lógica e ética aos novos estudos das ciências naturais, já mais desenvolvidos em outras regiões da Europa.

Em 1772, a Universidade de Coimbra passou por uma reforma, influenciada pelas “luzes” do Iluminismo¹⁰, onde foram implantadas as mais modernas áreas de conhecimento e técnicas de estudo desenvolvidas até então. Ela fora inovadora: aliou os antigos conhecimentos a novas áreas de estudos como direito natural e das gentes, a história natural e a física experimental; criou novos estabelecimentos para estudos científicos, como museus, laboratórios, hospitais-escola, observatórios. Somadas a isso, foram necessárias mudanças pedagógicas e também a importação de novos professores, mestres nesses novos conhecimentos.

Um desses profissionais foi o italiano Domingos Vandelli, responsável pela fundação do Museu de História Natural e do Jardim Botânico da Universidade. Ele foi professor de Alexandre Rodrigues Ferreira, e foi também quem o indicou para ser responsável pela Viagem Filosófica da então Rainha (regente) D. Maria.

A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira passou pelos territórios do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, e não foi única e nem representou uma novidade¹¹. Ela se inseria em um contexto maior de viagens e expedições que percorriam os diversos territórios do ultramar em busca de conhecer e entender a natureza, e principalmente, dominá-la. Estava relacionada a novas formas de domínio do saber e de constituição de poder sobre novas terras e riquezas. Conhecer era,

¹⁰ Ver Carvalho Júnior, 1999, p. 121. O iluminismo, como um movimento intelectual do século XVIII, constituiu-se de muitos elementos, dentre eles o confronto entre as *luzes* da razão e as *trevas* da religião. Nem todos os elementos do Iluminismo clássico foram abraçados por Portugal. Alguns autores consideram a existência de um Iluminismo Português, outros refutam essa ideia, acreditando na impossibilidade de se chamar Iluminismo o misto entre elementos absolutistas e alguns elementos desenvolvidos pelo iluminismo. Para mais sobre o iluminismo em Portugal e Pombal, ver Maxwell, K.; sobre a Reforma Pombalina na Universidade de Coimbra e o Iluminismo Português, ver Carvalho, 2007.

¹¹ Para todas as colônias portuguesas à época foram enviados estudiosos, todos coordenados por Vandelli: Para Moçambique foi Manoel Galvão da Silva; para Angola, Angelo Donati; para as Ilhas de Cabo Verde, João da Silva Feijó. (Carvalho Júnior, p. 124)

também, ter instrumentos para dominar; e era necessária uma visão total e complexa sobre os territórios para se concretizar o domínio.

A Viagem Filosófica tinha o intuito de fazer um levantamento sistemático e completo (e complexo) das terras da América a partir dos novos modelos científicos e das novas concepções sobre natureza, dando “ordem” (nos referenciais europeus) ao “caos” (que predominava no mundo cheio de seres não civilizados).

A bagagem teórica e técnica de Ferreira estava extremamente ligada aos mais novos conhecimentos em história natural desenvolvidos na Europa e em Portugal.¹² Seus estudos estavam muito ligados ao *Sistema Naturae* de Lineu¹³ (de 1732), com quem seu professor mantinha contato, que o influenciou em sua formação e, posteriormente, na descrição e classificação daquilo que encontrava no Novo Mundo. (Carvalho Júnior, p. 122)

Alexandre estava incumbido de descrever, classificar e recolher amostras do que encontrava, que seriam enviadas para o reino; as amostras seguiam um rigoroso método de coleta, preparação e embarque.¹⁴ Para auxiliá-lo foram enviados também dois desenhistas, Joaquim Joseph Codina e Joseph Joaquim Freire, e um botânico, Agostinho Joaquim do Cabo.

A expedição chegou de Lisboa a Belém em 1783. De Belém, explorou a Ilha de Joanes e uma parte do rio Tocantins e subiu o Amazonas e o rio Negro até Barcelos, capital da capitania de São José do Rio Negro. O relato aqui estudado se refere apenas à viagem da Capital, rio acima, até o extremo da ocupação portuguesa, e, rio abaixo, até a fortaleza da Barra, voltando a Barcelos. Porém esse itinerário, que duraria por volta de

¹² França e Inglaterra criaram diversos centros de coleta e pesquisa para estudar, classificar e reproduzir diferentes novas espécies de todo o mundo, inclusive nas colônias. Em Saint Domingue, por exemplo, naturalistas franceses tinham um centro de pesquisa que desenvolveu estudos em diversas áreas, realizando “importantes avanços no controle de doenças tropicais, racionalização do trabalho escravo, conhecimento de meteorologia, aperfeiçoamento do cultivo da cochonilha e ambientação de espécies exóticas de origem asiática e africana.” (Raminelli, R., 1997, p. 12)

¹³ C. Lineu foi um cientista sueco do século XVIII, considerado o pai da taxonomia moderna. Desenvolveu o método de classificação da natureza em três reinos principais: animal, vegetal e mineral e a sua nomenclatura de forma binomial. A revolução causada por essa nova classificação foi o fato de ser uma alternativa mais racional ao sistema de divisão por “elementos naturais” como ar, água e terra, e se baseou em experimentos e conhecimento de zoologia, anatomia e química para melhor separar, classificar e nomear o que se encontrava na natureza.

¹⁴ Raminelli (1997, p. 4) cita um documento de 1781, da Academia de Sciencia de Lisboa. Esse documento chama-se *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à historia da natureza para reformar hum Museo Nacional*, disponível em: <http://purl.pt/720> (acessado em 09/07/2014), e que foi escrito para dar base aos viajantes das expedições daquele tempo sobre os procedimentos adequados para coletar, preparar e despachar materiais para estudo. Era necessário, para tal, que se tivesse materiais específicos e diversos para que nada se perdesse ou estragasse, como caixas, papeis especiais e álcool.

dois anos, foi apenas parte de toda a sua viagem, em que navegou ainda o Rio Branco, depois subiu o Madeira até a capitania de Cuiabá e do Mato Grosso, retornando em 1792, nove anos depois, para Belém, e em seguida para Lisboa. Dessa expedição resultaram relações, memórias e tratados, além de diversos desenhos e prospectos de povoações, plantas, animais e habitantes nativos.

O extrato que analisamos aqui foi publicado primeiramente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o nome de *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, e posteriormente em diversas edições. É dividido em duas partes, cada uma delas divididas em algumas *participações*¹⁵. A primeira parte relata a viagem pelo Alto Rio Negro, da saída de Barcelos até S. José de Marabitanas, em sete participações. A segunda parte relata a viagem de Barcelos até a Fortaleza da Barra, também em sete participações, sendo a primeira e mais longa a de Barcelos.

A relação do que era encontrado não se prendia apenas à caracterização, nomeação e apresentação, mas principalmente a entender a importância e utilidade do que se encontrava. Uma castanha ou uma casca de árvore aromática, uma planta boa para consumo (bebida ou comida) ou as tribos mais ou menos amigas dos portugueses, que trabalhavam melhor ou pior. A isso se juntavam declarações minuciosas sobre as vilas, povoações e aldeias pelas quais passou a expedição, desde o número de casas e sua disposição e qualidade (se estavam inteiras, caídas, sem teto, com buracos) até a forma de organização e administração dos índios, materiais e produção feita pelos diretores e comandantes.

Tudo isso contribuiria, no fim, para um conhecimento mais complexo da região, possibilitando desenvolver as riquezas do Reino. Nesse momento, a política portuguesa para a região estava marcada pela demarcação das fronteiras entre os domínios portugueses e espanhóis – após a perda de diversas possessões no Oriente e na África – e pelas consequências das políticas ali aplicadas a partir de 1750.

Há na obra assuntos gerais transversais a todo seu percurso pelas vias amazônicas, como sua visão do indígena, a importância da organização da mão de obra e do trabalho, a crítica ao extrativismo e a importância da agricultura e, por fim, como aparecem os assentamentos humanos em seu pensamento. Tentamos aqui apresentá-los a fim de compreender as povoações não apenas a partir das descrições feitas de cada localidade, mas também do pensamento do autor sobre a organização social da região.

¹⁵ Ao invés de dividir o trabalho em capítulos, o autor chama de participações as partes que compõem o relato.

A questão do indígena

O indígena foi um tema bastante abordado pelo autor, considerando vários aspectos, dentre eles: as diferentes tribos, costumes de algumas delas, se eram aldeados ou não, se eram amigos ou inimigos, a forma e possibilidade de se integrarem à cultura portuguesa – ou seja, à civilização – e sua ambição e motivação para o trabalho.

Em todas as localidades por que passa, Ferreira apresenta as nações indígenas que a habitam. Para algumas, ele descreve um ou outro costume, como o de alguns chefes de fazer festas ou ter várias mulheres. Ele também apresenta, quando há, inimizades entre diversas tribos/nações.

Essas inimizades geram disputas em diferentes graus. Há disputas entre nações diferentes, aldeadas ou não, mas há também disputas entre nações diferentes vivendo na mesma povoação, e estas disputas às vezes geram cisões e deserções – com um dos grupos saindo para se fixar em outro lugar. No Alto Rio Negro, por exemplo, há momentos em que chefes se desentendem e os grupos se dividem, saindo um deles para fazer nova povoação em outro local.

Ferreira entende que os indígenas têm uma cultura diferente dos europeus e que é difícil que esses índios se libertem dela. O autor transmite a ideia de que essa cultura é inferior à portuguesa, mas que os índios, já acostumados a ela, preferem se manter nessa forma não-civilizada, e cabe aos portugueses conseguir mudar isso: “o abrigo das leis, a segurança da vida, a salvação das almas, são vantagens que [o índio] desconhece” (p. 154). Os portugueses entendem a importância da indústria, pois sentem a necessidade de melhorar, enquanto os indígenas não, pois não sentem nenhuma necessidade a mais do que a natureza lhes proporciona, e “toda a sua paixão e saudade é pelo mato que deixarão” (p.154)

Os portugueses devem saber atrair esses indígenas, mostrando aquilo que necessitam e dando coisas melhores em troca pois, para o autor, há indígenas que ingressam na nova cultura ao verem ganhos para si. Assim, produzem aquilo que veem agradar os portugueses e que lhes gera algo em troca (diversos produtos como panos, facas, ferramentas, alimentos).

Esta gente não é tão falta, como se pensa, das ideias de interesse; o ponto está em da nossa parte sabermos fomentá-las. Veem que o café é gênero lucrativo para os brancos, (...) não deixão de trabalhar o que pôdem, e o que se lhes permite (...). Fallo dos índios aldeados nas povoações, onde nascerão, e observárão desde pequenos a policia portuguesa. (p. 62)

Considerando a dificuldade que os indígenas têm de mudar de cultura, deve-se tratá-los sem violência, inserindo-os na civilização com atrativos, dosando a brandura apenas para não deixá-los muito livres para desvirtuar os ensinamentos e manterem sua cultura. A violência que acometia os indígenas desde o século anterior ficava na sua lembrança, e fazia com que eles não respeitassem os portugueses e, sempre que conseguiam, fugissem/desertassem das povoações.

Desde o princípio se commeteram as pazes ao gentio, mas elle nunca as aceitou. (...) ordenou [Sua Magestade] que pelos meios da brandura se emprendessem para o diante os descimentos (p. 538)

Paralelamente, o autor defende alguns casos em que “Sua Magestade deve captivar em justa guerra os que inquietam o socego de seus vassallos, e arruinam suas povoações”. Essa guerra era defensiva e uma exceção justa à liberdade garantida aos indígenas no geral, feita quando nações indígenas como os Mura¹⁶, Mundurucú e Apinajé “desafiam a justiça” ao “exercitar latrocínios, infestar os caminhos, saltar e impedir o commercio e assassinar navegantes”, recusando a presença dos portugueses e de outras nações amigas deles. (pp. 538-541)

A questão do trabalho e da mão de obra

Alexandre R. Ferreira acredita que o homem e o Estado só se desenvolverão a partir do trabalho, da fixação e da lavoura. Porém, Portugal vem de uma mentalidade construída em cima do ócio, em que o trabalho braçal é degradante. Na América portuguesa essa mentalidade se manteve e foi além, ter escravos e quem trabalhe para si era uma forma de ascensão social.

Desde o início foram enviadas para as colônias pessoas que, segundo o autor, não tinham conhecimento de como melhorar e desenvolver as terras e as possessões portuguesas. Ele questiona

como era possível ao soldado, ao marinheiro, ao degredado, que foram os que fizeram a maior parte dos colonizantes, entrarem no estado munidos dos conhecimentos precisos (...) sendo gente esta, pelo instituto da sua vida, mais propria para destruir que para edificar! (p. 501)

Pois no fim gastou-se muito e venceram-se muitas dificuldades para nada. Era uma terra onde “nem se devião esperar progressos na povoação”, pois era cheio de pessoas que tinham “desprezo da arte de viver cada um pelo suor de seu rosto, e pelo trabalho de suas mãos, particularmente das manufacturas”. (p. 118)

¹⁶ Quando passa por Airão, o autor atribui a fraqueza da agricultura e do comércio da povoação, que tem muito breu próximo, principalmente aos ataques do Mura. (p. 563)

Essa falta de energia para o trabalho é um dos grandes atrasos que sofre o Rio Negro e a região amazônica portuguesa como um todo. E juntamente com ela, há os governantes que não colocam nos cargos administrativos pessoas com conhecimentos mais apurados. Desse modo, se fazia ainda mais necessário e urgente, para Ferreira, a utilização da escravidão (negra).

O Estado não fará maior avanço de agricultura, de commercio e utilidade, para que sem duvida tem as mais bellas e naturaes propriedades, emquanto se lhe não facilitar e fornecer a numerosa introdução de escravatura (p. 519)

Os escravos negros aparecem nos “mapas das povoações”, ao fim de cada parte do relato, onde são apresentados os números de habitantes (divididos em brancos, índios e escravos) e os gêneros produzidos e comercializados. O autor acredita que o melhor é terem mais escravos negros, pois “si os pretos não fogem para a África, donde vem, não é pela falta de vontade, mas pela ? de meios para atravessarem tantos e tão distantes mares.” (p.111) E reclama que há poucos escravos no Rio Negro, e há “má distribuição dos poucos que chegam pelos lavradores mais indolentes”, brancos que os utilizam para serviços domésticos, “para acompanhamentos pompozos, para ostentações vãs de riqueza, e de senhorio”, e ao mesmo tempo não são propriedades com melhores lavouras. (p. 386)

Há, nessa região, uma crônica falta de população branca, colonizadora, e uma grande dificuldade de manter o tráfico negreiro. Menor a população de origem portuguesa, menor as chances de manter a posse sobre o território. Assim, os “naturais da terra”¹⁷ eram, por vezes, os inimigos bárbaros ou selvagens a serem perseguidos, capturados e até exterminados, mas também, outras vezes, eram necessários para a manutenção da civilização – contra a barbárie – na região. Alguns foram perseguidos, capturados, aldeados e cristianizados, outros aceitaram acordos de amizade com os portugueses, trabalhando para eles e ajudando em guerras, outros, ainda, se rebelavam e guerreavam contra os portugueses e suas investidas, sendo considerados inimigos.

Nos assentamentos formados pelos portugueses em território amazônico a população era em sua maioria indígena. Mas eles não eram e nem poderiam ser qualificados como moradores ou postos lado a lado aos brancos. Assim, eles tinham

¹⁷ Os indígenas eram chamados naturais da terra na América portuguesa. Dentro da construção do pensamento europeu sobre outros povos, principalmente após a abertura das rotas de navegação pelo Atlântico e o contato com novas terras (América, África e Oriente), os povos que as habitavam não foram considerados no mesmo nível de humanidade dos brancos europeus. Essa maneira de pensar sofreu, até o século XIX, mudanças, mas seu cerne se manteve por muito tempo e foi utilizada para explicar e defender a escravidão de negros, por exemplo.

uma posição bem específica dentro daquela sociedade que se formava: eram a mão de obra.

Assim, os indígenas – em especial homens em idade superior a 14 anos, pois já poderiam trabalhar nos diversos ofícios – foram forçados a executarem diversos trabalhos. Primeiro como escravos, vítimas de violências incontáveis pelos moradores, ou catequizados, “civilizados”, organizados e controlados por missionários em aldeamentos. Depois de 1755, os índios passaram a ser considerados vassallos do rei e os diversos aldeamentos foram elevados a povoações, lugares ou vilas, tirando seu governo das mãos dos religiosos e passando para o próprio Estado.

Nos aldeamentos missionários, segundo o autor, pelo menos os índios tinham proteção; mas, “depois de livres, ficarão nesta parte de pior condição, que a que tinham, quando escravos” (Ferreira 76) e tinham que cuidar de si, das famílias, e ainda eram empregados de forma exaustiva e violenta principalmente nas expedições de coleta e na busca/extração de materiais para eles mesmos trabalharem nas construções.

O *Diretório* mandava que os índios recebessem por seus trabalhos, que trabalhassem para a coroa ou para a povoação, que tivessem tempo de descanso e para cuidar de suas famílias, mas não era respeitado

ainda que se restringe até ao espaço de seis meses o tempo de serviço, a que obrigão as portarias, na intelligência de ficarem livres os outros seis mezes, para trabalharem nas suas roças, liberdade é esta, que jamais conseguem pelo ordinário; porque, pedindo-se incessantemente os índios para as diferentes expedições, que se emprehendem, apenas descanso oito e nove dias, si é que descanso tanto (p. 112)

Os índios, segundo Ferreira apresenta, continuavam sendo tratados como propriedade e não como trabalhadores livres. Ele passa várias páginas de seu relato apresentando documentos e situações que presenciou da má aplicação (ou um completo desrespeito) desse *Diretório* e de diversas outras normas legais, e questiona:

E si os índios por este modo não tratão das roças do commum, nem das suas roças particulares, de que serve a ordem do §6 da carta circular de 3 de Outubro de 1769 (...) de que servem as ordens das cartas circulares de 15 de Setembro de 1773, de 23 de Outubro de 1774, de 14 de Outubro de 1775 (p. 112)

é sem duvida, que os primeiros [os moradores] se esquecem das penas comminadas no §20 da carta circular de 3 de outubro de 1769 (...) enquanto não se publicárão os 95 paragraphos do regimento publicado n’este Estado em 3 de Maio de 1757 (...) confirmado depois pelo alvará de confirmação de 17 de Agosto de 1758 (pp. 112-113).

Ele relata que muitos diretores emprestavam os índios aos brancos que nunca devolviam ou pagavam (pp. 112-113), as expedições eram perigosas e “para morrer a maior parte de umas poucas de esquipações inteiras, basta muitas vezes uma viagem

d'estas" (p. 76), além de serem demoradas, pois iam cada vez mais e mais longe em busca dos produtos necessários.

Além de mortes, isso gerava, também, um número de revoltas, fugas e deserções cada vez maior. Para compensar essas diminuições (que eram causadas também pelas doenças e mortes naturais), mantiveram-se os descimentos, mas o número de almas que se consegue é cada vez menor. Em Tomar, o autor surpreende-se: "Si a população de algum dia foi realmente tal, qual me dizem, que então fôra, fica sendo bem notavel a differença de um para outro tempo". E conclui: "Que os descimentos cessarão, á proporção que se multiplicarão as expedições". (p. 75)

A questão do Extrativismo

Desde a chegada dos portugueses à Amazônia que os produtos naturais da região passaram a ser explorados. Eram produtos que a Coroa e o mercado valorizavam, e os moradores iam em busca deles na mata com índios que sabiam como coletá-los. O extrativismo, então, tornou-se a base da economia na região.

Alguns problemas são apontados por Ferreira como principais quando se tem o extrativismo como base da economia. O primeiro diz respeito à busca incessante e cada vez maior pelos produtos na mata. Chega um momento que esses produtos são completamente extintos em uma localidade e tem-se, então, que ir cada vez mais longe, e eles passam a ser cada vez mais escassos e difíceis de coletar.

O segundo, diz respeito às técnicas de extração. Segundo o autor, a população não tem conhecimento de como extrair de forma que não mate as plantas, por exemplo, cortando-as arbitrariamente (p. 563); ou quando se tem o conhecimento, não se quer fazer, pois visam lucros imediatos, alcançados com a venda da maior quantidade possível. Quando passou por Airão, por exemplo, o autor relatou que:

Pelas immediações do logar há a estimavel madeira, que por aqui se chama muirá-coatiara, além de outras muitas, que tambem são finas, e com taes merecem estimação. É certo, que no corte de todas ellas não tem havido reserva alguma, tendo até agora sido livre a todo qualquer particular a cortala, quando e como quer, sem differença no abuso (p. 563)

O terceiro é que os moradores vão em busca do produto mais valioso, com maiores preços e demanda. (p. 121) Mas o aumento excessivo da extração e da oferta pode levar à diminuição dos preços e, posteriormente, à escassez do produto na floresta local.

Não satisfeitos os directores de terem distrahido a sua gente, pelo negocio do certão (...) ordinariamente succede, que ainda elles não sabem do successo da primeira, já emprehendem segunda expedição (...). E como todas as

povoações fizeram o mesmo, quanto mais abundante foi o negocio, si é que o foi, tanto mais rebaixados ficarão os preços. (p. 120)

O último grande problema tem a ver com a intrínseca relação entre os gastos que as povoações tinham com as canoas e a manutenção dessa mesma povoação. As canoas do sertão geravam muitos gastos, sem contar seus perigos. Juntamente com esses gastos e as já citadas mortes que aconteciam, perdendo-se mão de obra, estava a transitoriedade das povoações formadas por todo o território. Elas não se baseavam em atividades de fixação à terra, pelo contrário. Quando não se tinha mais produtos de extração à volta de uma povoação, aos poucos ela ia diminuindo, enfraquecendo e empobrecendo.

Apesar dessas críticas, Alexandre Rodrigues não é completamente contra a extração dos produtos naturais, mas acredita que essa extração deva ser feita respeitando certas condições locais, sendo as principais o número de trabalhadores utilizados, que não atrapalhe a agricultura local, e conhecer as distancias a serem percorridas pelas expedições para buscá-las, a fim de diminuir os riscos.

A inventiva, que acabo de dirigir contra o abuso do negocio das drogas do sertão em prejuízo da agricultura, em cousas nenhuma fere o negocio, que é bem entendido, isto é, proporcionado ao consumo das sobreditas drogas, de modo que a sua exuberancia lhes não abata os preços, e proporcionado ao numero dos operarios que há, sem desamparar-se a agricultura do genero que melhor se dá em cada povoação, e nem de deixar de calcular-se a distancia, em que parão as drogas, para racionavelmente se poder empregar a sua extração com menor risco possível de se frustrar a despeza e o trabalho. (pp. 125-126)

Ele argumenta que havendo agricultura, a extração de produtos da terra não se torna proibida, porém pode ser feita de melhor forma. Ele faz três considerações nesse sentido. A primeira é que devem ser empregadas melhores técnicas. Ao invés de se cortar toda uma árvore, para retirar parte da casca ou madeira, havia um corte específico a ser feito que não matava a árvore e, com o tempo, ela poderia voltar a produzir. Também não se deveria cortar as árvores mais jovens, devendo-se punir quem o fizesse. Em Nossa Senhora do Loreto de Maçarabi, uma povoação à volta de São Gabriel, o diretor sempre indicava que não se cortasse fora a árvore do *inidáo*¹⁸, uma casca preciosa, nem que descascassem as árvores novas, indicação com a qual Ferreira concorda e ainda adverte “que as suas recommendações devem ser reforçadas com a sancção penal” (p. 146). Algumas plantas, das quais se utilizavam apenas as folhas ou

¹⁸ O naturalista utiliza esse termo que era o nome que os indígenas utilizavam para caracterizar uma casca de árvore.

frutos, não precisavam ser arrancadas completamente, até a raiz. Havia, assim, várias técnicas que os portugueses muitas vezes aprendiam com os indígenas (e aprimoravam também) para que o produto extraído fosse melhor aproveitado.

Ele defende, também, que se procure produtos locais para melhorar os materiais utilizados na construção de barcos, cordas e/ou instrumentos. Enquanto em Pernambuco e na Bahia a mandioca era ralada mais facilmente, em roda, essa técnica ainda não era aproveitada no Rio Negro, o que gerava um grande gasto e cansaço das índias (p. 378). A piassaba, por exemplo, é subutilizada; ela serve principalmente para a navegação, mas nem nos locais onde é abundante ela é usada. (pp. 81-82)

Uma terceira e ainda mais concreta forma é mudar diretamente a base da economia local: investir em algo mais fixo, que garanta a manutenção, comércio e enriquecimento das vilas, lugares e povoações, para que os diretores parassem de “chorar” a pobreza, já que isso, para Ferreira, é absurdo, pois:

Nenhum chora portanto por não ter plantado na sua povoação o arroz, o anil, o algodão, e o café, que forçosamente havia de recolher; nenhum diz que, si mais gente tivera, mais augmentada estaria a agricultura d’este ou d’aquelle genero, e todos clamão a uma voz, que quanto mais houvesse toda era pouca para a empregarem no negócio do certão. (p. 117)

Fixando-se à terra, há trabalho e produção o ano todo e não falta mão de obra, pois não há necessidade dela ficar longe e por muito tempo, nem correr tantos risco (assim há a manutenção e crescimento da própria população).

Essa última forma levaria ao aumento e melhora de todo o Estado, e permeia todo o relato. Se ela fosse bem feita, todos ganhariam, e por isso é importante considerá-la um pouco mais especificamente.

A questão da Agricultura

Se, como foi exposto, para Alexandre Rodrigues Ferreira, o extrativismo como base da economia de uma sociedade não a levaria a se desenvolver e melhorar, e sim a desvanecer, sumir, a agricultura seria a melhor forma de se desenvolver o Estado. Nela, o nomadismo das canoas do sertão daria lugar ao sedentarismo, fixação e desenvolvimento da produção de gêneros e também das povoações.

O autor argumenta que era dever do governo do estado do Grão-Pará e Maranhão e da Coroa organizar e incentivar a agricultura, sendo necessário que “se lhe faça certa a paga do gênero, que manufactura” (p. 81). Quando relata sua viagem por São Gabriel e pelo distrito da Cachoeira e as povoações à volta, ele critica que, apesar de ser a região com maior produção de anil do Rio Negro, saindo dela os melhores do

estado para a Coroa (pp. 174-176), os preços são muito arbitrários e a técnica é ainda ruim.

Diversos documentos, incluindo cartas régias, eram enviados para toda a capitania do Rio Negro com ordens e instruções para se cultivar alguns produtos como o anil. Segundo o autor, algumas dessas ordens, quando dadas pessoalmente e diretamente, durante alguma visita, eram mais bem assimiladas do que ordens por escrito. Porém, as ordens dadas por Mendonça Furtado, o primeiro governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, entre 1751 e 1759, implementando as diversas políticas “inovadoras” de D. José e seu ministro Marquês de Pombal, com relação à horticultura e sementes de hortaliças e frutas de outras localidades, (p. 383) e por Lobo d’Almada, governador da capitania do Rio Negro nas décadas de 1780 e 1790, sobre melhores métodos de plantio e comércio (pp. 113; 177-184), não foram suficientes para que a agricultura fosse transformada na atividade econômica principal, e isso era um dos grandes problemas locais.

Muitas atividades do Estado (obras públicas, demarcação de fronteiras) consumiam grande parte da força de trabalho, deixando desprovida a agricultura (pp. 515-518). Além dos problemas de governo, a agricultura recebe bastante resistência dos moradores brancos, que reclamam principalmente da falta de quem trabalhe, ou da terra. Ferreira alega que eles são preguiçosos, e entende que as terras em alguns lugares são realmente menos desejáveis para o cultivo do que em outros, mas duvida de que realmente nada dê em certos lugares:

Assenta a maior parte delles que para a maniba não serve toda esta corda de terra; (...). Que as terras deste não sejam tão fecundas para a maniba, como as dos Rios das Amazonas, e dos Solimões, tambem eu concordo; mas que absolutamente careçam da propriedade de a produzir, applicados os cuidados e o trabalho que requerem, nenhum fundamento encontro para asseverar. (pp. 375-376)

Ele leva em consideração que muitas vezes não se tem materiais ou conhecimentos técnicos. Isso faz com que as lavouras produzam pouco e provoca desânimo na população. Entre os lavradores de Tomar, por exemplo, mesmo tentando produzir anil, tendo algum roçado, a produção daquele que mais o faz é tão pouca que não passa de amostras:

É sem duvida, que, para o aproveitar, se lhe faz preciso trabalhá-lo em grande. Não bastão quatro ou cinco panellas, que constituem o trem da fabrica de cada um; eu a nenhum sinto meios ou posses para a estabelecer [a produção do anil], como convem, e tirar-se por uma vez da insignificância das amostras. (p. 81)

Uma das soluções para isso seria promover o cultivo de produtos já conhecidos, locais e com preocupação no desenvolvimento de melhores técnicas que produzissem mais com menos gastos. Por exemplo, nas povoações de Óbidos e Cametá, os moradores perceberam a boa terra que tinham para o cacau e, ao invés de empreenderem-se em ir buscá-lo em expedições na mata, decidiram plantar, podendo ocupar nessa atividade não só a mão de obra de homens, mas a ajuda das mulheres e jovens também. (pp. 121-122)

Ele aposta na ideia de desenvolver o cultivo de produtos específicos na capitania, em larga escala, para o comércio, como o café e o anil, e que o seu cultivo seja “privativo della”, de modo a “reforçar a sua independência a respeito da do Pará” e ajudar no crescimento econômico. (p. 382) Assim, ele apresenta fórmulas para o cultivo e desenvolvimento, entre outros, do cacau, da salsa e do cravo (p. 126), do anil (pp. 96-98, 174-175 e 177-184), falando da implantação de novas técnicas na extração do corante, ou no cultivo da semente, e da maniba (p. 376-377), na busca de qual, dentre as diversas espécies que existem, é a mais adequada para as terras da povoação.

Há, na obra, um aspecto transversal a todos os pontos, que tem por finalidade possibilitar um melhor cultivo, fixação e manutenção das localidades: a busca por melhores locais para se estabelecer. “Das villas ás roças de alguns moradores gasta-se um dia de viagem a navegar-se bem; e este é outro reparo que faço”, e o autor atribui isso ao fato de não se analisar a localização da povoação, o que também levou muitas povoações a mudar de lugar várias vezes (p. 79). Adverte que: “Em primeiro logar se informem da qualidade das terras, que são adjacentes e próximas as suas povoações, e dos efeitos de que são abundantes, e achando que d’ellas se poderá extrahir com maior facilidade este ou aquelle genero” (p. 121); deveriam se afastar de locais com muita formiga ou alagadiços, por exemplo.

Com qualidade de local – juntamente com respeito às leis e indicações administrativas superiores, fomento à agricultura e ajuda aos moradores – os assentamentos poderiam florescer e desenvolver-se, seriam mais bem estruturados física, econômica e socialmente.

A questão dos assentamentos humanos

Alexandre Rodrigues Ferreira tem uma forma característica de discurso, principalmente ao descrever as características dos locais por onde passa. Primeiramente, ele fala da natureza e do rio em que está navegando e os afluentes pelos quais passou, se

tem correnteza, pedras ou ilhas, como são as margens e barreiras, até chegar na povoação de destino.

Depois ele passa a apresentar o que vê da organização da povoação, arquitetônica e urbanisticamente; como era dividida, praças, pelourinho, ruas, número de casas, igreja. Em todas as povoações, da menor à maior, ele se detém na igreja descrevendo seus pormenores arquitetônicos e artísticos, o interior, e todos os materiais que ela tem e a qualidade de cada um. Por mais que a religião não tenha espaço de muito destaque na sua narrativa como um todo, a qualidade da igreja representa o quão asseada e respeitosa a povoação é com as necessidades espirituais e de civilidade. Mas não só a igreja exemplifica a precariedade das povoações. As casas, principalmente do diretor e do vigário geral, a casa de canoa ou olaria, armazém geral, todas receberam considerações e críticas do naturalista.

As construções eram indicadores da qualidade de vida e de produção que a povoação tinha. Poucas casas, casas caídas ou com buracos, sem telhas ou palha de cobertura significavam uma povoação pobre, com poucos homens para trabalhar e arrumar as construções, e com materiais precários.

Ferreira especifica que no Rio Negro há 26 assentamentos humanos, sendo 3 vilas, 9 lugares e 14 povoações ou aldeias (pp. 631-632). Alguns desses locais ele considera que nem mesmo mereciam tais classificações. Moura, por exemplo, é uma das três vilas, fica no baixo Rio Negro. O autor diz que ela tem boas casas e arruamento, mas falta tanta coisa que não poderia ser considerada vila. Para ele, essa é apenas uma formalidade. (pp. 528-530)

As outras duas vilas são Barcelos, a capital, e, rio acima, Tomar. Elas têm 1153 e 591 habitantes e 90 e 84 fogos, respectivamente; e Moura possui 88 fogos e 814 habitantes. São números pequenos para serem consideradas vilas, estão muito longe de serem cidades, e ainda assim são as maiores da região.

Barcelos, sendo capital, é uma das mais bem estruturadas socialmente, mas tem, ainda, muitos problemas como a falta de cadeia e armazém geral, e um hospital ruim, que “apenas tem dentro capacidade para doze camas. Quando são mais os doentes, suprem as rêdes.” E quando a doença é contagiosa, tem que levar o doente para o quintal. (p. 352) Além disso, o autor descreve: “Falta parte dos materiaes precisos, faltam Officiaes que os manejem, e até faltam as instrucções medianas da Architectura dos Hospitaes.” (p. 352), deixando entender que há técnicas e conhecimentos melhores que não são aplicados na região.

Ainda em Barcelos, ele diz que a vila se arruína por causa das construções feitas em barrancos que desabam por causa das diversas enchentes que a vila sofre na parte de trás, cheia de igarapés (p. 306); na tentativa de construção de um armazém, aterrou-se o terreno, depois o chão foi ladrilhado e mesmo assim o espaço era húmido demais para ser considerado adequado (p. 354). No Airão, o autor diz presenciar a pior localidade, com áreas muito insalubres – além de outros problemas como ataques dos índios Mura e o extrativismo feito de forma indiscriminada. (pp. 558-560)

A busca por lugares melhores, como ele defende, não acontece na realidade. Para ele, uma das grandes causas disso é a má administração, feita por pessoas que não têm suficiente conhecimento de organização e nem da terra, o que fez, por exemplo, com que muitas povoações, como São José de Marabitanas, Carvoeiro e Airão, passassem por constantes mudanças até se estabelecerem em seus sítios atuais. Os problemas dos locais anteriores são variados: ataques de indígenas, insalubridade ou terras ruins cheias de formigas, entre outros.

Ele apresenta documentos sobre a construção/criação de outros assentamentos, como (a fortaleza de) São José de Marabitanas (pp. 262-263), N. Sra. de Nazareth da Curiana (p. 157) e (a fortaleza de) São Gabriel (p. 161), mostrando que havia uma troca de informações entre a administração local e a Coroa. De um lado, a Coroa dava indicações e aval, de outro, confiava na escolha de seus súditos para tal empreendimento.

Porém, para Alexandre Ferreira, a maior parte das povoações não teve uma boa administração que escolhesse seu lugar. Por exemplo, a Barra do Rio Negro, apesar de ser relativamente grande, com 45 casas, tendo olaria e casa de canoa, para o autor é “um daquelles estabelecimentos, que ao dia de hoje, nem pela sua agricultura, commercio e população, nem pela segurança da boca do rio, se acha o mais bem situado” (p. 583).

Em alguns momentos, ele defende que:

no estabelecimento de novas povoações por essa capitania, será tanto mais conveniente formar menos e mais populosas, do que muitas e insignificantes, porque desta qualidade so servem para fazer despeza (...): isto bem se demonstra das do Japura, e das da Caxoeiras. (p. 151).

As povoações maiores produziriam mais e custariam menos aos cofres reais. Para ele, em toda a capitania do Rio Negro, apenas quatro vilas mereceriam ser mantidas: Barcelos, a capital, já mais bem estruturada com vários moradores brancos, a de Ega, no Solimões, Serpa, no Amazonas, e Borba, no rio Madeira. (p. 501) Nas regiões de

fronteira, ao contrário, ele defende que seria melhor fazer várias pequenas povoações, que defendessem o território da entrada de estrangeiros, como São Marcellino, na foz do rio Ixié, à volta de São José de Marabitanas e fronteira ao forte espanhol de Santo Agostinho, para prevenir a entrada e fixação de espanhóis. (p. 251)

Em sua narrativa, podemos perceber diferenças entre as povoações acima e abaixo de Barcelos. No geral, as povoações abaixo são maiores e mais bem estruturadas. Porém, ele ainda as considera fracas e ruins; isso porque a maior parte não se mantém sozinha, pois a produção e o comércio são baixos e a economia é, em sua maior parte, estruturada em atividades que não são estáveis. Apenas à volta de São Gabriel é que há maior agricultura, com produção do anil, principalmente em Nossa Senhora do Loreto de Maçarabi; é também nessa região que as regras são mais bem respeitadas, pois, apesar de ter muitas pequenas povoações (Santo Antonio do Castanheiro Novo, Nossa Senhora do Loreto de Maçarabi, São Pedro, São Joseph, São João Nepomuceno, São Bernardo, Nossa Senhora de Nazareth da Curiana, São Miguel e São Joaquim), todas são controladas e respondem ao capitão da Fortaleza de São Gabriel.

Os materiais utilizados nas construções também são significativos da precariedade e da dificuldade de manutenção dos assentamentos. A maior parte das construções é feita de barro e palha, poucas possuem telhas e nenhuma, nem mesmo na capital, utiliza pedra e cal e “muito poucas são ainda hoje as cazas cobertas de telhas, e o comum do que a tem, é o serem de telha vã. Ordinariamente a cobrem de palha de Obim, que não dura mais que quatro annos” (p. 361).

O clima da região, muito húmido, dificulta a permanência em pé das construções: os materiais como barro e taipa perecem rapidamente, e a palha, por exemplo, é facilmente consumida pelo fogo. Ainda em Barcelos, o naturalista diz que:

Sendo a terra tão húmida como é, vê-se bem quão pequeno é o cuidado que lhes merece a conservação da sua saúde, porque em vez de levantarem da terra os pavimentos dos edificios (...) pelo contrario as fazem baixas, e rentes com o chão (p. 361)

E indica que se construa os edifícios acima do nível do chão, sendo melhor para a saúde e para evitar que a humidade ataque tão rapidamente as paredes.

Com os diversos problemas apresentados por Alexandre Rodrigues Ferreira durante toda sua viagem, podemos perceber que a manutenção das povoações e da vida nos moldes europeus na região era muito difícil.

Ao discutir a ocupação do espaço e a manutenção de localidades que muito gastam e pouco retornam, ele usa exemplos como Mazagão¹⁹, no Cabo do Norte (atual Amapá), onde a construção mobilizou quase toda a fazenda e a mão de obra do Estado. Vila Vistosa, construída no Cabo do Norte como ponto de apoio à construção de Mazagão e também apoio tático a Macapá e à defesa da região, não logrou sucesso e em nada contribuiu para o desenvolvimento da regional, nem para o desenvolvimento do Estado. (pp. 513-514)

Com isso, o autor nos mostra que as críticas feitas para a região do Rio Negro, apesar das peculiaridades, também se aplicavam a todo o Grão-Pará. As ordens régias e as práticas dos governantes locais miravam uma sociedade europeia cujo progresso e evolução almejados não logravam sucesso quando aplicados à região do Rio Negro, e muitas vezes da Amazônia como um todo. *A Viagem Filosófica ao Rio Negro* é um relato que mescla as ambições de melhora e aumento do Reino e da Coroa, juntamente com as críticas sobre a realidade e a apresentação de novas ideias particulares para a região.

¹⁹ Para mais informação ver MORETTI, Luiza. http://www.3hpg1gh.net/gt_2/GT%202-%2068%20-%20MORETTI_LH.pdf e MORETTI, Luiza . "Mazagão". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/biblioatlas/Mazag%C3%A3o>. Data de acesso: 28 de maio de 2014.

Considerações finais

O jesuíta, o naturalista e as políticas pombalinas

Os dois autores discutidos neste trabalho apresentam, em seus discursos, problemas e caminhos para melhorar a ocupação e o crescimento econômico do estado.. Cada um à sua maneira, eles discutem elementos que são, para eles, essenciais para que a civilidade portuguesa seja efetivada da melhor maneira possível.

Buscamos destacar as ideias principais de cada uma das obras nos capítulos anteriores, agora é o momento de cruzarmos suas ideias a fim de percebermos situações e pensamentos parecidos ou divergentes, levando em consideração o momento em que viveram e a diferença de por volta de 30 anos existente entre a passagem dos dois autores pela região.

Alguns argumentos são claramente defendidos. Outros, pudemos perceber nas entrelinhas dos textos. O importante é percebermos como esses argumentos aparecem na obra e no pensamento dos autores e como se interligam e se complementam. Esses elementos, quando vistos como um todo, nos apresentam as ideias de sociedade e de desenvolvimento de cada um dos autores, apresentadas como fundamento para concretizar a ocupação da região.

João Daniel apresenta um modelo de sociedade a ser aplicado na região, que seria concretizado a partir de seu método, contribuindo para a fixação e o desenvolvimento de povoações, diminuindo a dificuldade e a necessidade do trabalho manual e, por consequência, a demanda por escravos. Alexandre Rodrigues Ferreira não apresenta um novo método, mas também defende a necessidade de se mudar a prática em vigor visando um melhor desenvolvimento e crescimento das povoações, voltado principalmente para uma maior efetividade das políticas da Coroa no Rio Negro, reforçando-as.

Para o jesuíta João Daniel, a criação, na América, de uma sociedade civilizada aos moldes europeus, significava principalmente a difusão da religião e a ampliação da cristandade por meio da incorporação de outros povos. A Companhia de Jesus era uma ordem missionária cujo objetivo principal era espalhar a fé cristã entre os diferentes povos. Em relação à América, reconhecia nos índios a humanidade, pois possuíam entendimento, memória e vontade e poderiam assimilar os ensinamentos da fé. Assim, o

contato dos religiosos com as nações indígenas tinha o intuito principal de civiliza-los por meio da religião e do ensinamento de outros costumes próprios dos cristãos relacionados à moral, ao trabalho, ao modo de organização em sociedade, entre outros aspectos. Assim, ao contrário dos colonos que foram para a região e viam o índio apenas como mão de obra a ser explorada e escravizada, o objetivo dos missionários jesuítas era incorporar os índios como cristãos livres – apesar das controvérsias sobre sua atuação e de que sua prática não foi exatamente a mesma em todo o período colonial: por exemplo, Moreira Neto distingue dois períodos de atuação da Companhia de Jesus no Grão-Pará, o “período profético”, de 1607 a 1686, onde buscavam o aldeamento dos índios a fim de expandir a fé cristã, e cujo maior nome foi Antônio Vieira, e o “período empresarial”, de 1686 a 1759, onde foi mais conivente com a escravização dos índios, os descimentos forçados e a superutilização deles como mão de obra. (Moreira Neto, 1992)

No texto de João Daniel, vemos que a sua ideia de construção de uma sociedade civilizada no Estado do Maranhão e Grão-Pará está relacionada à constituição de assentamentos humanos fixos, ao desenvolvimento da agricultura e ao comércio, fixando os homens à terra e substituindo a floresta selvagem por terrenos cultivados, em contraposição à adaptação à natureza – como era a prática usual do extrativismo e da agricultura semi-itinerante.

A prática usual para manutenção da vida e para crescimento econômico na Amazônia que J. Daniel conheceu era ainda muito diferente do seu ideal de civilização. O autor encontra um estado de pobreza e dificuldades de produção que impossibilitam o florescimento de novas e melhores povoações, da urbanidade, impossibilitando assim, também, a efetivação de uma sociedade complexa na região – espelhada na europeia. Como descrito no capítulo 2, a agricultura pouco desenvolvida necessitava de constantes mudanças de terra em busca de outras mais férteis – relacionadas diretamente à existência de mata virgem e espessa (Costa, 2002, p. 131). Além disso, a atividade preferida pelos colonos era, na verdade, a coleta das drogas do sertão, isto é, o extrativismo. Para J. Daniel, assim acontecia porque os primeiros colonos que chegaram, ao invés de imporem os métodos e as técnicas da Europa, adaptaram-se aos costumes dos nativos daquelas terras. Essa adaptação à vida indígena, com métodos rústicos e bárbaros, é o oposto da vida em sociedade. O autor considera os indígenas bárbaros por, por exemplo, não terem ferramentas de ferro e também por serem nômades ou seminômades, com agricultura pouco desenvolvida – em alguns povos,

nada desenvolvida. Ele estabelece uma oposição entre agricultura (prática civilizada) e extrativismo (prática selvagem).

É a agricultura que permite dominar a floresta e fixar as populações à terra, enquanto que o extrativismo representa a adaptação à floresta: por isso, ele propõe que as drogas do sertão passem a ser cultivadas. As canoas do sertão eram uma atividade que aliava os dois principais problemas que João Daniel vê na Amazônia: a necessidade de muita mão de obra, para remar e colher, e a falta de estabilidade das povoações – por serem extrativistas e não se fixarem à terra, indo cada vez mais longe e nem sempre trazendo o suficiente –, não contribuindo para o crescimento de vilas e povoações.

O desenvolvimento da agricultura permitiria substituir o “nomadismo” da população colonial pelo sedentarismo e pela fixação das povoações.

O sistema de transporte fluvial proposto por João Daniel, que já foi descrito no capítulo 2, também tem um papel importante para a fixação e o desenvolvimento das povoações, pois permitiria a ligação e as trocas comerciais entre eles. Complementando – mas não menos importante –, o padre defende a criação de feiras e mercados, que já na Europa eram símbolos de afluência civilizacional, desenvolvendo tanto a sedentarização e a produção de gêneros, quanto a socialização. Esses espaços de trocas eram também o ponto final da rede produtiva regional, onde se concretizava todo sistema produtivo que seu novo método propunha. Para o missionário jesuíta, só assim, com uma rede urbana, a sociedade colonial poderia dominar a floresta e, de fato, povoar a região do rio Amazonas. Mas João Daniel ainda defende a existência das missões. O seu método libertaria os índios do trabalho escravo e da repartição para os colonos, e eles poderiam assim viver tranquilamente nas missões, com auxílio direto dos missionários em sua cristianização e, conseqüentemente, no desenvolvimento de uma civilização.

Apesar de, em vários momentos, os jesuítas terem defendido a escravidão negra para impedir a escravidão dos índios, essa não é a proposta de João Daniel. Ele apresenta seu novo método mostrando que a liberdade não atrapalharia a produção e que a escravidão não seria, então, necessária. Na contramão do sistema colonial escravista, que coloca negros e outros povos como inferiores e destinados a servir o branco, o jesuíta defende que negros africanos já cristianizados fossem enviados à Amazônia como colonos/moradores:

Õa gente, que tãobê é óptima para povoar as colônias, são os pretos; e nem por serem pretos, se devem desprezar, pois vai pouco nas cores em serem

brancas, ou pretas contanto, que a vida e costumes sejam de homens de bem; e dos pretos sabemos nós, que civilizados e domesticados, se fazem bons católicos: e há Impérios, e Reinos de gente preta, como são a Etiópia, Monomotapa, e muitos outros de muita polícia, e urbanidade.(João Daniel, p. 269)

Por essa citação podemos ver com clareza a importância do *urbano* para a classificação do nível civilizacional de um povo ou território, sendo a urbanidade um aspecto a ser notado ao se buscar novos e bons povoadores, que levassem bons costumes à região.

O diário de viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira pelo rio Negro é já de meados da década de 1780, cerca de 30 anos depois do banimento do jesuíta João Daniel e das novas leis aplicadas por D. José I e seu ministro, Marques de Pombal, a partir de 1750.

Apesar da diferença de época vivida na região e também de pensamento existente entre João Daniel e Alexandre Rodrigues Ferreira, podemos ver algumas semelhanças nas ideias dos dois a partir de suas obras. Ambos veem uma região pouco povoada, com dificuldades de se desenvolver e defendem a agricultura como atividade principal que possibilitará o crescimento do Estado do Grão-Pará. Defendem também, cada um à sua maneira, a liberdade dos indígenas e o fim dos abusos que eles sofriam dos colonos.

O diário de Ferreira foi escrito no contexto da Viagem Filosófica já apresentada, financiada e controlada pela coroa. Assim, entendemos que representa o projeto civilizador português em prática, ou seja, aparece como um apoiador/incentivador das políticas pombalinas, muitas das quais ainda estavam em vigor no Estado do Grão-Pará mesmo após a morte de D. José I e a deposição de Pombal. Dentro do objetivo principal da viagem estava a descrição dos locais por onde passava, mostrando o estado das povoações e como estavam sendo aplicadas as leis. Então, podemos ver seu relato como um balanço dessas políticas principalmente no que se refere à ocupação efetiva e ao povoamento do rio Negro.

Em 1750, quando Mendonça Furtado, meio irmão de Pombal, foi instituído governador, a capital do estado passou a ser Belém e não mais São Luís, visando uma melhor organização e administração de um território tão vasto. A ideia era consolidar a posse sobre o território amazônico com a mudança da capital, a criação da capitania de São José do Rio Negro e da Companhia de Comércio, a Lei de Liberdade dos índios, de

1755, o *Diretório dos índios...*, de 1757, a expulsão dos jesuítas e a elevação dos aldeamentos a povoações, lugares e vilas.

Em 1755, foi criada efetivamente a capitania de São José do Rio Negro, com capital na aldeia de Mariuá, que seria a partir de então a vila de Barcelos. Juntamente com a criação dessa capitania, os missionários foram retirados do controle dos aldeamentos e estes foram elevados a vilas, lugares ou povoações²⁰.

Ainda em 1755, foi criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará, para dinamizar e incentivar o comércio na região de todo o rio Amazonas, entre as capitanias e as diversas vilas e povoações existentes, desenvolvendo sistematicamente a produção e a exportação da região, introduzindo escravos africanos em maior quantidade, monopolizando e colocando em mãos nacionais o controle das riquezas produzidas. Segundo Maxwell, a fundação da Companhia estaria diretamente ligada à tentativa de emancipação econômica de Portugal, para “tentar diminuir a influência dos britânicos” (Maxwell, p. 16) e “sua dependência da – e exploração econômica pela – Inglaterra” (Maxwell, p. 14), sem, contudo, afetar os tratados políticos e militares de proteção com essa mesma nação.

Com a Companhia, haveria o monopólio sobre o comércio, exportações e importações, incentivando a produção agrícola com materiais e técnicas, auxiliando na fixação dos homens à terra e estabilizando a produção de riquezas das diversas localidades. Eram suas responsabilidades o fomento e manutenção de novos fortes e aparatos militares para defesa, fábricas e engenhos, a exploração das drogas do sertão, o incentivo à produção de novos gêneros, como o arroz branco na região do Cabo do Norte, e o comércio de escravos africanos para os portos de Belém e São Luís.

Em 1757, foi promulgado o *Diretório, que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*²¹, que foi a “consolidação”, em 97 artigos, da Lei de Liberdade dos índios promulgada em 1755 e instruía os responsáveis pelas povoações sobre todas as atividades necessárias para concretizar a ocupação e a civilização no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

²⁰ Estatuto dos assentamentos humanos brancos, portugueses. A classificação variava de acordo com tamanho e população, além do desenvolvimento caracterizado pela existência de certas construções como câmara e cadeia. Contrapõe-se, nas colônias portuguesas, ao assentamentos indígenas ou religiosos (aldeias e aldeamentos).

²¹ Disponível em:

http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=705 acessado em 07 de julho de 2014.

Dentre outras coisas, o *Diretório* instituiu a figura do diretor como responsável administrativo dos antigos aldeamentos. Ferreira reclama em seu diário que os diretores eram homens que não tinham a astúcia necessária para comandar as aldeias. Na mesma linha, Hemming especifica, ainda, que esses diretores não eram mais do que próprios colonos ou oficiais militares que buscavam o uso da mão de obra para si, também. O autor ainda ressalta que os soldados eram os homens mais violentos e cruéis contra os indígenas, sendo impossível imaginá-los como diretores defendendo os índios. (Hemming, p.92)

Ao diretor foram atribuídas várias obrigações, tanto sobre a urbanização e agricultura nos núcleos, quanto sobre a coordenação dos indígenas – e da mão de obra. O diretor era responsável por coordenar e fiscalizar, colocando em prática as ordens e incentivos da Companhia de Comércio.

Segundo a lei, dever-se-ia: manter religiosos para os indígenas praticarem a religião cristã (artigo 4º), e que os indígenas pagassem dízimos (artigo 27º); introduzir a língua portuguesa aos nativos, pois com isso “se lhes radica também o affecto, a veneração, e a obediência” (artigo 6º), e que tivessem escolas nas localidades para que recebessem instrução (artigos 7º e 8º); respeitar os indígenas que tivessem honras e cargos como vereadores ou juizes como aos brancos que os possuem nas localidades civilizadas, além de dar-lhes sobrenomes e não os chamarem mais de negros, nome destinado àqueles que existiam para servir aos brancos (artigos 9º ao 11º); cuidar para que os indígenas tivessem suas casas para suas famílias, a imitação dos brancos (artigo 12º); não tratar os indígenas que incorrem em vícios e erros (como da ebriedade e a nudez) com violência (artigos 13º e 15º); e para a melhoria do comércio e da agricultura, os diretores deveriam incentivar que os índios cultivassem terras para sustentarem suas casas e famílias (17º e 18º), e também para participarem do comércio do estado, ajudando a sustentar outras cidades e as tropas da região (artigos 22º ao 25º); as drogas e gêneros produzidos ou coletados deveriam ser pagos por preços justos, a partir de um sistema de pesos e medidas, inclusive aos índios (porém, estes só poderiam negociar sob o auspício do diretor) (36º ao 40º), e os índios não podiam fazer comércio com os diretores, para evitar que sua liberdade fosse corrompida (artigo 43º); os indígenas que fossem em expedições em nome da povoação ou de seus governantes (em número limitado a, no máximo, 12), deveriam ser pagos pelos seus serviços (artigo 50º), e todas as despesas das canoas deveriam ser feitas pela povoação e organizadas e relatadas em um livro pelos diretores (artigo 51º ao 56º). O *Diretório* ainda regulava que

o número de indígenas fosse igualmente dividido no estado para trabalharem pela povoação, na agricultura e nas canoas do sertão, e para a defesa do território (artigo 63º), podendo ser estes índios apenas aqueles acima de 13 anos e abaixo de 60 (artigo 64º), e sendo proibido designar indígenas para o trabalho particular dos moradores de fora da povoação, e mesmo na povoação, que fiquem por tempo determinado (artigo 67º).

Historiadores como Renata Malcher de Araújo e Roberta Max Delson defendem a importância dessas medidas e seus efeitos positivos para a urbanização e a para a consolidação do território, levando para a região novos conhecimentos, o progresso e o desenvolvimento, possibilitando a consolidação do poder português. Porém, o que vemos pelo relato de Ferreira é que as coisas não se passaram bem assim.

De fato, durante o período de funcionamento da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), e até o final do século XVIII, a produção agrícola da Amazônia cresceu e a região se tornou uma exportadora de cacau cultivado (antes, já produzia o cacau silvestre) e de arroz branco; também exportava café (Hemming, p.80). Mas esse crescimento não durou muito e se limitou às áreas de ocupação já consolidada, como o Maranhão, Belém e o baixo Tocantins, que receberam incentivos e grande quantidade de mão de obra africana. A maior parte dos escravos negros introduzidos pela Companhia ficou no Maranhão. Dos que desembarcaram no porto de Belém, a maior parte ainda ficou por lá e pelos territórios à volta, como Marajó, Cabo do Norte, Tocantins e Xingu, além de grande parte ter sido exportada para Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, na capitania de Mato Grosso. Segundo Bezerra Neto, entre 1755 e 1778, entraram pelo porto de Belém 14.749 escravos, sendo que 4.917 (mais de 1/3) foram exportados para a capitania de Mato Grosso. Esses números contrastam com a quantidade de escravos encontrada por Ferreira durante sua viagem, cerca de cinco anos depois do fim da Companhia, contabilizando um total de 247 escravos de origem africana para todo o rio Negro. Podemos acreditar que a maior parte ficou na região de Belém, pois apenas nessa cidade, dez anos depois da extinção da Companhia, em 1787, a população de negros em Belém era de 50% do total de 5.726. (Bezerra Neto, pp. 111 e 120, quadros I e VII).

Sobre as técnicas, no contexto da primeira expedição de demarcação de fronteiras, entre 1754-59, e da necessidade de fortalecimento da ocupação dos territórios do sertão amazônico, foram enviados para a região diversos técnicos especialistas como

astrônomos, arquitetos e engenheiros cartógrafos, responsáveis por organizar e melhorar, também, as construções da região – povoações, vilas e fortes.

Alguns deles permaneceram na Amazônia por vários anos depois e contribuíram para a introdução ou difusão de novas técnicas de edificação e de planejamento urbano na região amazônica, com o aumento das construções em pedra e cal e com a adoção de novas regras para as fachadas das casas e divisão dos lotes e ruas nas povoações de colonos. As construções deveriam seguir um modelo prévio estabelecido, com terrenos de tamanho igual e prédios com fachadas iguais também, as ruas deveriam ter largura específica, as povoações deveriam ter plantações coletivas, onde trabalhariam os índios, e também cada morador poderia e deveria ter a sua. Eles também foram responsáveis pelo projeto de algumas fortificações.

Por exemplo, em Belém, o arquiteto italiano Antônio Giuseppe Landi projetou várias obras importantes, como o palácio do governo e a Catedral da Sé. No Cabo do Norte, o forte de São José de Macapá foi reformado, com um novo projeto do engenheiro militar italiano Enrico Antonio Galluzzi de Mantova, com os conhecimentos mais modernos de arquitetura militar²². No interior da Amazônia, esses profissionais atuaram em obras que tinham como objetivo assegurar as fronteiras, como o forte do Príncipe da Beira, no rio Guaporé (projetado pelo engenheiro militar italiano Domenico Sambuceti), e planejamento de povoações como Vila Bela, no Guaporé, Barcelos, no rio Negro, e São Matias, no rio Japurá - rio importante na divisa com territórios espanhóis onde hoje é a Colômbia -, entre outras. Domenico Sambuceti também projetou a Vila Nova de Mazagão, no Amapá. (Fontana, 2009)

Quanto à demarcação de fronteiras com a Espanha, Portugal teve sucesso, pois os tratados de Madri e de Santo Ildefonso aumentaram muito os domínios amazônicos da coroa portuguesa.

Mas, a situação descrita por Alexandre Rodrigues Ferreira, para o rio Negro, não é a de uma região próspera. Quanto ao aspecto dos núcleos urbanos, o autor foi testemunha da precariedade dos diversos assentamentos, onde o ar era insalubre e as casas caíam aos pedaços, as terras tinham muitas pragas pois o terreno não tinha sido bem escolhido, além de ficarem por vezes abandonadas, porque os moradores saíam para as matas nas canoas do sertão e também pela má administração dos diretores. Mesmo Barcelos, a capital da capitania de São José do Rio Negro, tinha, ainda, casas de

²² Caracterizado pelas construções de fortes com técnicas matemáticas angulares, como os baluartes triangulares, melhorando a visão e a disposição das armas.

barro e taipa, com o único hospital da região pequeno e mal dividido e com pontes – que ligavam um bairro a outro – caindo. Na economia, a base ainda era o extrativismo com as canoas do sertão, que por sua vez exigiam número cada vez mais elevado de trabalhadores, o que gerava, então, abusos incessantes dos colonos para com os índios. A agricultura não era desenvolvida na maior parte das povoações, fosse por falta de técnicas, de mão de obra ou mesmo de vontade dos colonos, que se importavam com lucros imediatos e não com o desenvolvimento a longo prazo dos núcleos urbanos e da sociedade regional. A Companhia de Comércio obtivera bons resultados principalmente nas imediações de Belém e São Luís, mas no sertão amazônico era quase letra morta – mesmo quando autoridades coloniais passavam pela região, como José Monteiro de Noronha em 1768.

Uma das principais críticas de Alexandre Rodrigues Ferreira era quanto à forma de utilização do trabalho dos índios, no regime do *Diretório*. Para ele, o *Diretório* era completamente desrespeitado, impedindo o desenvolvimento ideal de um sociedade regional forte, mas, se a lei fosse respeitada, a liberdade dos índios ocorreria de forma positiva, sem violências, evitando tais problemas.

Historiadores como Hemming e Moreira Neto argumentam que a própria lei do *Diretório* dava uma liberdade falsa aos indígenas, mantendo sua condição de mão de obra principal e essencial para a região. Segundo Hemming, Mendonça Furtado acreditava

que os portugueses residentes na Colônia e o governo real não poderiam prescindir do trabalho indígena; e principalmente que, se os índios ficassem genuinamente livres para cuidar de sua própria administração, eles se recusariam a trabalhar para outros. (Hemming, p.39)

Assim, se justifica a ideia de colocar um diretor em cada povoação para governar os índios que, na visão dos administradores portugueses, eram rústicos e bárbaros e nunca conseguiriam se governar sozinhos, como pretendia a Lei de Liberdade de 1755. Segundo Mendonça Furtado:

As piíssimas intenções de Sua Majestade ficariam frustradas, se absolutamente se entregasse a estes miseráveis e rústicos ignorantes o governo absoluto da quantidade de povoações, que constituem este grande Estado. (Mendonça Furtado, apud Hemming, p.40)

Podemos compreender o argumento apresentado por Ângela Domingues (2000), de que a letra do *Diretório* tornava os indígenas civis e livres, mas na prática continuavam tutelados, não mais pelos religiosos mas, agora, pelo Estado, a partir do

que diz o artigo 58º da lei. Ele dava aos diretores e governantes o direito sobre a utilização do dinheiro dos indígenas, por considera-los pouco capazes de cuidar e gastar de modo apropriado, adquirindo aquilo de que necessitavam. Essa prática partia de um entendimento de que os indígenas eram inferiores intelectualmente e não poderiam se organizar sozinhos (dentro dos moldes europeus com suas concepções de trabalho e desenvolvimento).

Todos os artigos do *Diretório* citados acima eram, na prática, desvirtuados em favor dos moradores: o pagamento dos índios era feito com panos e roupas que eles nem usariam; continuavam sendo necessários para todo tipo de trabalho de forma exagerada, inclusive para serviços do Estado, e o fato de os índios serem cedidos apenas temporariamente aguçava a ganância dos colonos, que “não conheciam nenhum escrúpulo” e não deixavam nem mesmo os índios dormirem ou descansarem; os diretores também obrigavam os índios a trabalhos exagerados para conseguirem tirar para si mais ganhos, já que recebiam a sexta parte de toda produção. (Hemming, p. 82-83)

Por sua vez, Renata M. Araújo acredita que a lei de liberdade era:

uma medida realmente importante, tanto no sentido de resolver a disputa de poder com os missionários, como no interesse da preservação das fronteiras definidas nos acordos, que exigiam uma situação pacífica e aliada aos naturais da terra. (ARAÚJO, 2003, p. 157)

Mas, ao contrário, o que vemos pelos relatos de Ferreira não são situações pacíficas para com os indígenas. As canoas do sertão continuavam perigosas, afastando-os das povoações por muito tempo e gerando deserções, os moradores continuavam tratando como escravos aqueles que lhes eram cedidos, sem respeitar prazos de devolução nem valores de pagamento.

Os abusos relatados por Rodrigues Ferreira também foram testemunhados por outros agentes da coroa, como Antônio José Pestana da Silva que, em 1788, escreveu: “Se esta formalidade de procedimentos não é cativo, não pode haver coisa que mais destrua raiz e liberdade”. (apud Hemming, p.90). Em 1773, o governador Pereira Caldas criticava os abusos que eram praticados também nas obras públicas, afirmando que os trabalhos na fortaleza de Macapá e as expedições oficiais ao Mato Grosso haviam arruinado as aldeias (Hemming, p.85).

Nessa situação, diversas nações e tribos empreendiam fugas e revoltas contra as violências que lhes acometiam. O próprio Ferreira apresenta vários casos de índios que

fugiam ou se rebelavam contra os diretores ou outros moradores brancos, deixando as povoações vazias e em decaimento – apresenta, inclusive, algumas que, à sua época, já eram apenas ruínas. Para compensar as perdas, foram promovidos vários descimentos de índios para as povoações. Mesmo assim, o número de índios administrados decaiu durante todo o período do *Diretório* (1757-1798). Hemming, citando dados organizados por Robin Wright, informa que a população de índios nas vilas do *Diretório*, apenas no Pará, passou de 30 mil, em 1757, para 19 mil, em 1798. (Hemming, p. 97).

Aparentemente, a população também decaiu na capitania de São José do Rio Negro e especificamente nas povoações do rio Negro, área a que se refere o diário da Viagem Filosófica.

Em 1775, o ouvidor Ribeiro Sampaio encontrou 1.120 pessoas entre moradores e escravos, e 10.620 índios, divididos nos negócios dos moradores, do Rei e nas “canoas de negócios”, em um total de 40 assentamentos de toda a capitania de São José do Rio Negro. Apenas nas povoações do rio Negro, eram 6.293 índios, 636 brancos e escravos negros, um total de 6.929 habitantes divididos em 26 localidades (Ribeiro de Sampaio, pp. 163-164, quadro N. IV, p. 169, quadro N. VI).

Onze anos depois, Ferreira encontrou 6.642 pessoas, sendo 5.760 índios, 635 brancos e 247 escravos para 26 localidades no rio Negro, estando duas já desertas. (Ferreira, 1983, p.719). Ou seja, em uma década a população do rio Negro não havia crescido. Ao contrário, diminuiu, principalmente os habitantes indígenas.

O que podemos ver a partir do relato de Alexandre, tendo-o como um balanço das políticas pombalinas para a região, é que o modelo colonizador criticado por João Daniel ainda não havia sido superado, mesmo com as novas políticas pós-1750. A colonização portuguesa continuou baseada no trabalho indígena em condições semelhantes à escravidão, mesmo com a suposta liberdade; a atividade econômica preponderante continuou a ser o extrativismo, utilizando a mão de obra disponível exaustivamente; continuaram a acontecer fugas e rebeliões indígenas – ou até mesmo elas aumentaram, agora sem a proteção que os índios tinham dos missionários.

Apesar de não criticar o modelo de maneira integral, Alexandre Rodrigues apresenta todas essas críticas pontualmente em seu relato; críticas feitas de maneira similar por João Daniel, anteriormente. As mudanças que as novas leis procuravam efetivar, ao que nos parece, não surtiram o efeito esperado e não contribuíram para o progresso da sociedade, a reestruturação da produção e do comércio e o desenvolvimento das povoações e da civilização como imaginado.

Segundo dados demográficos apresentados por Antonio Ladislau Monteiro Baena, para o ano de 1832, já no Império, a comarca do rio Negro (que antes era a Capitania de S. José) possuía 17.881 habitantes, 0,24508 habitantes por légua quadrada. O rio Negro, com 8.483 habitantes, sendo 8.031 livres e 452 escravos, apresenta ainda 26 povoações. Quase a metade dos habitantes (4.188, ou 49,37%) estava concentrada no lugar da Barra, futura cidade de Manaus. A outra metade estava espalhada por 25 povoações, a maioria delas não possuía escravos e algumas tinham menos de 100 habitantes. Segundo Baena, entre 1788 e 1832, a comarca perdeu 27.521 fogos. (Baena, pp. 349-350)

Comparando os números apresentados por Sampaio para a década de 1770, os apresentados por Ferreira na década de 1780, e os apresentados por Baena para a década de 1830, podemos perceber uma grande dificuldade de se povoar a região. O número de habitantes difere pouquíssimo mesmo em um espaço de quase 50 anos, com até mesmo povoações que desapareceram neste tempo, devido à dificuldade de manutenção da sociedade colonial, com suas características específicas, na Amazônia rio-negrense.

* * *

O desenvolvimento de uma sociedade não se dá a partir, apenas, de planejar e criar vilas, e sim de toda sua constituição social e econômica, que deve contribuir para sua autonomia e desenvolvimento, e nisso o projeto pombalino, podemos dizer, fracassou. Não reorganizou a mão de obra e a produção de forma satisfatória, não desenvolveu a ligação entre as povoações formando uma rede urbana regional que dinamizasse a vida local. Pelo contrário, como mostram Victor Leonardi e Yara Vicentini, a região alterna momentos de crescimento econômico, como o da expansão do comércio da borracha, na segunda metade do século XIX, com momentos de declínio e marasmo gerado pela estagnação das produções.

Quanto aos povos indígenas, as violações de direitos continuaram até o século XX, como o massacre de índios Waimiri/Atroari, em vários episódios como os de 1856, 1873/1876 e 1949, dos Gavião em 1956, dos Suruí em 1960, dos Juma em 1973, dos Ticunas em 1988²³. Leonardi argumenta muito bem sobre o papel da modernidade e dos *brados* de progresso dos governos estaduais e federal no Brasil na destruição de várias nações indígenas, como no avanço da civilização para o interior do país, na década de

²³ Victor Leonardi, no capítulo “Últimas Fronteiras do Planeta” de seu livro *Entre árvores e Esquecimentos*, apresenta ainda outros massacres, como contra os Assurini em 1928, Xikrín em 1930, Nambikwara a partir de 1963 por causa da construção BR-364, e a continuação do massacre dos Waimiri-Atroari com a construção da BR-174 nas décadas de 70 e 80 do século XX.

1960, para a construção de Brasília, apresentando também seu lado obscuro e cruel, “se transformando na desordem e ruína, não só de certos povos indígenas como da própria floresta” (Leonardi, 1996a, p. 105).

A implementação da sociedade colonial portuguesa na Amazônia, como vimos, causou grande devastação, principalmente populacional, para a subjugação desses habitantes à civilização e sociedades consideradas superiores. Podemos ver até hoje em dia a utilização do discurso do progresso e da modernidade, em nome do desenvolvimento econômico nacional, por garimpeiros, madeireiras, produtores do agronegócio e da pecuária a fim de ocupar terras indígenas, perseguindo diversas tribos, como a disputa enorme entre fazendeiros e indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, ou a tribo que recentemente contactou pela primeira vez a sociedade nacional no Acre, fugindo de seus territórios no Peru, perto da divisa, por suas aldeias estarem sendo massacradas por madeireiros e traficantes de drogas ilegais.²⁴

A região amazônica é ainda hoje a região menos densamente povoada do Brasil. O atual estado do Amazonas possui uma densidade populacional de 2,23 hab/km², sendo o maior estado do país, com uma área de 1.559.159,148 km² e população de 3.483.985 habitantes. A Amazônia Legal, que inclui nove estados da federação e corresponde a 60% do território nacional, tem apenas cerca de 25 milhões de habitantes ou, aproximadamente, 12% da população brasileira.²⁵

Vemos então a atualidade do assunto que aqui esboçamos, que possui, com certeza, diversos aspectos a serem aprofundados, mas que nos dá uma ideia da dificuldade encontrada para a ocupação da região, para a concretização, no período colonial, de uma sociedade aos moldes portugueses, ou que, nos séculos XIX e XX levasse ao *progresso* – palavra de ordem utilizada até por Getúlio Vargas, nas décadas de 1930/40, e pelos militares, durante a Ditadura Civil-Militar, para suas políticas e projetos de, ainda, colonização da região, subjugando os povos indígenas e suas peculiaridades.

²⁴ Além do texto de Leonardi, que dá um ótimo panorama geral de tal realidade indígena no Brasil, em uma pesquisa rápida em sites de jornais e revistas on-line, principalmente de ONGs, especialmente as organizações pró-indígenas, podemos ver diversos povos ameaçados por todo o Brasil: Yanomami, Awa, Guaraní-Kaiowá, Kadiwéu, apenas para citar alguns.

²⁵ Todos os dados foram retirados do site do IBGE @Estados e IBGE @cidades. Os dados demográficos se referem aos números do Censo de 2010.

Referência Bibliográfica

Fontes

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio corográfico sobre a província do Pará. Brasília: Senado Federal, 2004.

BETTENDORF, João Felipe de - Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico, tomo LXXII, Imprensa Nacional, 1910.

CEDEAM. Cartas do primeiro governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas: transcrições paleográficas. Manaus: Universidade do Amazonas, 1983.

Directorio, que se deve observar nas Povoações dos Indios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. 1757. Disponível em http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=105&id_obra=73&pagina=705 (acessado em 07 de julho de 2014).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica ao Rio Negro (1783-1791). Museu Paraense Emilio Goeldi com apoio do CNPq e da Fundação Roberto Marinho, 1983.

JOÃO DANIEL. Tesouro descoberto no Rio Amazonas. 1776. Anais da Biblioteca Nacional, T. 02, Rio de Janeiro, 1976.

RIBEIRO DE SAMPAIO, Francisco Xavier. Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775. Lisboa: Typografia da Academia. 1826.

Bibliografia

ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. Agricultura no delta do Rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: _____. A escrita da história paraense. Belém: NAEA/UFPA, 1998, pp. 53-92.

AGUIAR, Thais C. Vianna de; SIQUEIRA, Maria Isabel. O Diário de Viagem do Ouvidor Sampaio: as potencialidades da capitania de São José do Rio Negro. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010.

ALBUQUERQUE, Marcos Antônio G. M. Remanescentes Materiais Do Período Pombalino No Amapá. UFPE, 2007.

ALMEIDA, Fernando Cabral M. de. O controlo e a ocupação da região do Amazonas pelos Portugueses no século XVII. Actas do congresso internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa, 2008.

ALVES, D. Teles. Urbanização e cultura na Amazônia do século XVIII: índios e brancos em Barcelos. Dissertação de mestrado. Manaus, 2010.

ARAÚJO, Renata Malcher. Das cidades e dos conceitos. As cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão (excerto). FCSH/UNL. Lisboa, 1992.

_____. A razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. Revista de Letras e Cultura Lusófonas. Instituto Camões. N.15-16. Jan.-jun. 2003.

_____. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações cívicas, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 41-76 jan.-jun. 2012.

_____. and Carita, H. (org.) O Universo Urbanístico Português, 1415-1822. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

BARROS, José D'Assunção. Cidade e História. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. v. 1. 115p

BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão negra no Grão-Pará: séculos XVII-XIX. Belém: Paka Tatu, 2001.

CARVALHO JUNIOR, A. D. O Índio Inexistente (representação dos “índios” na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira). Terra das Águas, v.1 n.2, segundo semestre, 1999. Brasília.

CARVALHO, Flavio R. de. Um Iluminismo Português? A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2007. in http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3150/1/2007_FlavioReydeCarvalho.pdf

CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706). Belém: Editora Açai, 2010.

COELHO, Mauro Cezar. Do sertão para o mar – Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COSTA, Kelerson Semerene. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. FLACSO-Brasil. Jun/2009. Disponível em: http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Kelerson_Costa.pdf

_____. Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões (1616 - 1920). Tese de doutorado defendida no PPGHIS/UnB, 2002.

_____. Intervenções humanas na natureza amazônica (século XVII ao XIX). CIÊNCIA & AMBIENTE. Santa Maria, RS: Univ. Federal De Santa Maria, n. 33, jul./dez. 2006.

_____. Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.95-112, dez. 2007

DELSON, Roberta Marx. Novas vilas para o Brasil-colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva, 1997. 124 p.

DOMINGUES, Angela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

_____. Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. 388 p.

EVANGELISTA, Helio de Araújo. A Amazônia brasileira no contexto da formação territorial brasileira. Revista da Sociedade Brasileira de Geografia.V. 03, 2010-2011. Disponível em: http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/Artigos_arquivos/A%20Amazonia%20brasileira%20no%20contexto%20da%20formacao%20territorial.pdf (acessado em 24 de agosto de 2014).

FERREIRA REIS, Arthur César. A ocupação portuguesa do vale amazônico, In: Sérgio B. de Holanda (org), *História Geral da Civilização Brasileira*, S.P., Difel, 1985, 7ª ed., t.1, v.1.

_____. Política de Portugal no vale amazônico. Secretaria de Estado da cultura. Belém: 1940. Disponível em <http://historiadoamazonas.files.wordpress.com/2011/02/a-politica-de-portugal-no-vale-amazonico.pdf>

_____. Tempo e vida na Amazônia. Manaus: Editora do Governo do Estado do Amazonas, 1965.

FERREIRA, Eliana Ramos. Estado e administração colonial: a vila de Mazagão. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth (org.). A escrita da história paraense. Belém: NAEA/UFPA, 1998, pp. 93-114.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A “civilização” dos índios e a formação do território do Brasil. Revista Brasileira de História da Educação, v. 00, p. 1-10, 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_073.html (acessado em 24 de agosto de 2014).

FONTANA, Riccardo. *As obras dos engenheiros militares Galluzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do século XVIII*. Brasília: Senado Federal, 2009

FORTES, Mírcia Ribeiro. A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII). Somanlu, v. 01, n. 01, 2000.

GODOY, Paulo R. Teixeira de. A cidade no Brasil – período colonial. Caminhos da geografia – revista online. Uberlândia: jun/2011.

GUERREIRO, Maria Rosália. A lógica territorial na gênese e formação das cidades brasileiras. O caso de Ouro Preto. Urbanismo de origem portuguesa, n. 3.

HEMMING, John. Fronteira Amazônica: A derrota dos índios brasileiros. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2009.

HESPANHA, Antonio Manuel. A mobilidade social na sociedade do Antigo Regime. Revista Tempo, v. 11, n. 21. 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da civilização brasileira, TOMO I A época colonial, Vol. 2 Administração economia e sociedade. Bertrand Brasil, 10a ed. RJ, 2003.

_____. O Semeador e o Ladrilhador. in: HOLANDA. Raízes do Brasil. 1936. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

KOSTOF, Spiro. "What is a City?" in The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History (Boston, 1991): 37-41

LEONARDI, Victor Paes de Barros. As últimas fronteiras do planeta. In:_____. Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília / Paralelo 15 Editores, 1996a, pp. 99-117.

_____. Salvação e danação. In:_____. Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília / Paralelo 15 Editores, 1996b, pp. 227-241.

_____. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

MARCOY, Paul. Viagem pelo Amazonas (1869). Editora Universidade Federal do Amazonas, 2006.

MARIN, Rosa E. A. in: GOMES, Flávio dos Santos (org). Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX. Belém, 1999.

MAXWELL, K. A Amazônia e o fim dos jesuítas. +Autores, Folha de São Paulo. 26 de agosto de 2001.

MIRANDA, Elis de Araújo. As Capitânicas do Grão-Pará – 1616-1753. II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Lisboa, 25 e 26 de Outubro 2007.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. A Capitania de São José do Rio Negro. 4 edição. Manaus; Editora Valer, 2002.

MOREIRA NETO, Carlos de A. Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759. In História da Igreja na Amazônia. CEHLA. Petrópolis: Ed. Vozes, 1990.

OJEDA, Pablo M. D. Imagens da Urbanização da América Portuguesa no Legado da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Acervo. Revista do Arquivo Nacional. V. 24, n. 2, julho/dezembro 2011. Rio de Janeiro.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: Manuela Carneiro da Cunha. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, v. , p. 115-132.

PORRO, Antônio. O povo das águas. Ensaio de etno-história amazônica. Petrópolis: Editora Vozes em co-edição com EdUSP, 1996.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Revista Tempo Número 6, Páginas 157-182, 1997. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf (acessado em 09 de julho de 2014)

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth (org.). A escrita da história paraense. Belém: NAEA/UFPA, 1998, pp. 29-52.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira parte: período colonial. Cadernos de Pesquisa do LAP, Série Urbanização e Urbanismo,

São Paulo: Universidade de São Paulo,-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, n. 08, jul.-ago. 1995.

_____, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: (1500-1720). Edição ilustrada. São Paulo: Pioneira, 1968. 235 p. (Biblioteca Pioneira de Arte, Arquitetura e Urbanismo.)

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. A conquista e a ocupação da Amazônia Brasileira no período colonial: a definição das fronteiras. Tese de doutorado defendida no departamento de História econômica/USP, 2006.

RIBEIRO, Orlando. A cidade portuguesa e a cidade espanhola na América. Opúsculos Geográficos, vol. 5 – temas urbanos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

SAMPAIO, Patrícia Melo. “Aleivosos e rebeldes”: Lideranças indígenas no Rio Negro, século XVIII. XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os governadores do Estado do Grão Pará e Maranhão: perfis sociais e trajetórias administrativas (1751-1780). VII Jornada Setecentista, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/jornadas/vii-jornada-setecentista-2007/> (acessado em 24 de agosto de 2014).

SANTOS, Paulo F. Formação de cidades no Brasil Colonial. V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, 1963.

SCHURMANN, Betina. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. Textos de História, vol. 7, n. ½, 1999. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11861/1/ARTIGO_UrbanizacaoColonialAmericaLatina.pdf

SILVA, J. M. A. e. (2002). O Modelo Pombalino de Colonização da Amazonia. Coimbra.

SOUZA, Milena Duarte de O., ANDRADE, Rúbia Nogueira. O povoamento do Brasil no período pombalino - o caso da Vila de Mazagão.

VICENTINI, Yara. Cidade e História na Amazônia. Curitiba: editora UFPR, 2004.

VIDAL, Laurent. Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. HISTORIA, São Paulo, 28 (1):2009.

ZENKNER, Thaís; PONTUAL, Virgínia. A cultura urbanística e a formação de cidades. I Simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica. Rio de Janeiro, 2005.

Termo de Compromisso
Declaração de Autenticidade

Eu, Luiza Hooper Moretti, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *Projetos de colonização: o papel dos núcleos urbanos nas críticas de Alexandre Rodrigues Ferreira e João Daniel* foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

_____ Brasília, 28 de agosto de 2014